

JOÃO APARECIDO BAZZOLI
MARIA DA VITÓRIA COSTA E SILVA
ORGANIZADORES

AGENDA 2030

E A SUA DIVULGAÇÃO PELO DIÁLOGO FORMATIVO



JOÃO APARECIDO BAZZOLI
MARIA DA VITORIA COSTA E SILVA
ORGANIZADORES

ACENDA 2030

E A SUA DIVULGAÇÃO PELO DIÁLOGO FORMATIVO



Universidade Federal do Tocantins

Editora da Universidade Federal do Tocantins

Reitor

Luis Eduardo Bovolato

Vice-reitor

Marcelo Leineker Costa

Chefe de Gabinete

Emerson Subtil Denicoli

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e

Assuntos Comunitários (PROEX).

Maria Santana Ferreira dos Santos

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Michelle Matilde Semiguem Lima Trombini Duarte

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)

Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sânzio Pimenta

Pró-Reitor de Tecnologia e Comunicação (PROTIC)

Ary Henrique Morais de Oliveira

Conselho Editorial

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde

*Eder Ahmad Charaf Eddine
Marcela Antunes Paschoal Popolin
Marcio dos Santos Teixeira Pinho*

Ciências Humanas, Letras e Artes

*Barbara Tavares dos Santos
George Leonardo Seabra Coelho
Marcos Alexandre de Melo Santiago
Rosemeri Birck
Thiago Barbosa Soares
Willian Douglas Guilherme*

Ciências Sociais Aplicadas

*Roseli Bodnar
Vinicius Pinheiro Marques*

Engenharias, Ciências Exatas e da Terra

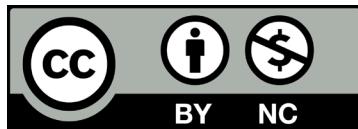
*Fernando Soares de Carvalho
Marcos André de Oliveira
Maria Cristina Bueno Coelho*

Interdisciplinar

*Ana Roseli Paes dos Santos
Ruhena Kelber Abrão Ferreira
Wilson Rogério dos Santos*

Copyright © 2024 – Universidade Federal do Tocantins – Todos direitos reservados

Universidade Federal do Tocantins (UFT) | Câmpus de Palmas
Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte
Bloco IV, Reitoria
Palmas/TO | 77001-090



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Preparação e Capa: Joilene Lima

Diagramação: Raissa Bambirra

Revisão: O conteúdo dos textos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade dos respectivos autores.

Organizadoras: João Aparecido Bazolli, Maria da Vitoria Costa e Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (SISBIB)

B361a Bazzoli, João Aparecido

Agenda 2030 e a sua divulgação pelo diálogo formativo. João Aparecido Bazolli, Maria da Vitoria Costa e Silva – Palmas, TO: EdUFT, 2024.
128 p.

Editora da Universidade Federal do Tocantins (EdUFT). Acesso em:
<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora>
ISBN: 978-65-5390

1. Agenda 2030. 2. Meio Ambiente. 3. Comunicação. 4. Saber popular. I. João Aparecido. II. Silva, Maria da Vitoria Costa e. III Título.

CDD 370.115

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS- A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - A formação de multiplicadores em sustentabilidade	11
1. Introdução	11
2. Importância de falar na Agenda 2030.....	12
3. Instituindo um formação dialogada e traçando seus objetivos	14
4. Como estruturar uma formação comprehensivel pela população	14
5. A maneira didática e o uso de materiais que simplifique o dialogo	17
REFERÊNCIAS.....	18
CAPÍTULO II - As hortas Urbanas como caminho da segurança alimentar.....	20
1. Introdução	20
2. Tentando entender o funcionamento das hortas urbanas.....	21
2.1 Aproximando as demandas locais aos interesses por formação em sustentabilidade.....	21
2.2 Delineando e mostrando soluções aplicáveis para valorizar as hortas urbanas.....	23
3.1 Aspectos históricos da Agenda 2030.....	23
3.2 O território como sentimento de apropriação ou empoderamento.....	26
3.3 As hortas urbanas no contexto de sustentabilidade.....	27
3.4 Experiências em Hortas Comunitárias em Palmas -Tocantins.....	29
3.5 A experiência e aplicabilidade de hortas urbanas em Palmas-Tocantins	38
Considerações Finais	42

REFERÊNCIAS.....	44
CAPÍTULO III - Agenda 2030 e a contribuição das instituições para autonomia feminina	49
1. Introdução	49
2. Compreendendo a Agenda 2030	50
2.1 O que são os objetivos de desenvolvimento sustentável e as suas metas.....	50
2.2 O que é caracterizado como metas em ODS?.....	51
2.3 A importância das parcerias para ações de desenvolvimento sustentável.....	52
2.4 Agenda 2030 e sua perspectiva nas dimensões social e econômica.....	52
2.5 O papel das instituições eficazes e seus impactos em busca de uma sociedade inclusiva sustentável.....	55
2.6 ODS 5 – Igualdade de Gênero.....	57
3. Metodologia	58
4. Análise de Interpretação dos dados	59
4.1 Ações desenvolvidas no CRAS do Jardim Aureny III, Palmas/TO	59
4.2 A institucionalização da Agenda 2030 e o papel da academia.....	62
4.3 Parcerias como mecanismo primordial para a implantação da Agenda 2030.....	64
4.4 Maneiras de interligar a Agenda 2030 com as demandas sociais	67
Considerações Finais	70
Referências	71
CAPÍTULO IV - Agenda 2030 e a sua aplicabilidade na justiça eleitoral	73
1. Introdução	73

2. Entendendo e produzindo mecanismo para a aplicabilidade da Agenda 2030.....	75
3 Idenfificando demandas e mostrando caminhos para institucionalização da Agenda 2030	77
3.1 Mobilização e Institucionalização da Agenda 2030.....	77
3.2 Mobilização e institucionalização da Agenda 2030 no Judiciário Brasileiro.....	82
3.3 Institucionalização da Agenda 2030: uma experiência da Justiça Eleitoral do Tocantins	84
3.4 Formação de Assessores Populares em ODS: prática e localização.....	102
Considerações Finais.....	103
REFERÊNCIAS.....	105
CAPÍTULO V - Reflexões para instigar a juventude a pensar em sustentabilidade	109
1. Introdução.....	109
2. A Agenda 2030 e os ODS no Brasil.....	111
3. As definições e princípios do ODS 4	114
4. Compreendendo os caminhos para produzir extensão de qualidade.....	117
5. Reflexões acerca de processos de formação com qualidade..	120
Considerações finais.....	122
REFERÊNCIAS.....	123
SOBRE OS AUTORES.....	1

APRESENTAÇÃO

Esta obra é resultado de um longo processo de construção de oito anos de acúmulo na produção extraída de projetos extensionistas, com enfoque na Agenda 2030 e de atuação interdisciplinar.

Buscamos trazer neste momento importante de reportar esta temática relevante que envolve mudanças climáticas, um recorte de relatos que mostram as possibilidades de transformação cidadã. Este trabalho apresenta relatos que foram estruturados a partir de comunicação simples, porém, com análise e apresentação de casos que ratificam o respeito ao saber popular, ao diálogo comunitário, a adequação às demandas locais, aos espaços coletivos de vida, ao olhar cotidiano do cidadão, e acima de tudo, prioriza a conversa aberta e franca sobre a cidade real.

Os capítulos aqui escritos traduzem, a partir de uma coluna mestra estrutural, os sentimentos e a interpretação dos pontos que foram identificados pelas experiências de vida e que foram nela refletidas em procedimentos focados na diversidade e nas movimentações coletivas. Sentimentos e interpretação, que embora possam parecer contraditórios, especialmente sob o olhar preconceituoso do julgamento firmado pelo sensu comum, que relaciona a pobreza à destruição da natureza, são, ao contrário, extremamente ricos, os pobres não degradam o planeta pela avidez ao respeito à natureza, mostradas em ações dos relatos que se seguem nos capítulos integrantes da obra.

Neste sentido, certamente estamos apontando na obra o reverso deste pensamento retrôgado e buscando mostrar que a educação é o caminho para a mudança, mas deve seguir em direção à formação popular. Pensando logicamente na educação sedimentada no diálogo amplo, diverso e irrestrito, construída em parceria, que é vista neste trabalho como uma verdadeira redenção para formar assessores populares multiplicadores, que na verdade podemos afirmar que estes formandos se tornaram, na concepção da palavra, em transformadores comunitários em sustentabilidade.

A obra tenta mostrar a experiência inédita de uma construção de atividade acadêmica/popular, onde existe uma forte intervenção comunitária na sua base construtiva, isto a partir da sua criação, seguida da sua execução e monitoramento. A atividade que trataremos na

obra é estruturada para a sociedade, que interfere diretamente na sua criação e no seu desenvolvimento, é executada exclusivamente por acadêmicos e monitorada por instituição de ensino.

Portanto, esta obra busca mostrar relatos que fortalecem os apontamentos teóricos necessários para o reconhecimento desta construção científica apontada nesta apresentação, porém, indicando o estabelecimento da aproximação temática com as questões cotidianas da população, que são reiteradamente expressas nos capítulos que seguem.

E, neste sentido, a obra tenta registrar um processo complexo, que está sendo enriquecido ao passar dos anos que propõe um debate aprofundado sobre os efeitos da Agenda 2030 no cotidiano das pessoas, também mostra os caminhos para a sua institucionalização pelo Estado brasileiro, como uma forma de garantir a subsistência humana e o respeito a natureza.

Convido ao leitor a buscar entender a preocupação e esforços para a efetivação de uma integração concreta entre a universidade e a sociedade na construção de soluções possíveis e reais para o alinhamento à realidade do tema sustentabilidade.

Desejamos uma boa leitura e o aproveitamento e divulgação das práticas exitosas apontadas na obra, isto é razão da preocupação neste trabalho com as adequações climáticas, vista como uma realidade para a sobrevivência do planeta.

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES EM SUSTENTABILIDADE

João Aparecido Bazzoli; Maria da Vitória Costa e Silva

1. Introdução

A pandemia de COVID-19 acendeu um novo alerta à humanidade, chamando a atenção de todos os países para os cuidados com as pessoas e com o próprio planeta, considerando que os impactos da pandemia, segundo relatórios da ONU (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2020, 2021), estão causando retrocessos na efetivação dos ODS.

Essa crise sanitária mundial é, por consequência, um indicador da necessidade de atenção global na busca por soluções para os problemas enraizados nas sociedades modernas, pois a proteção social insuficiente, os sistemas de saúde pública fracos e/ou a cobertura de saúde inadequada, as desigualdades estruturais, a degradação ambiental e as mudanças climáticas estão comprometendo a vida no planeta terra (BAILEY *et al.*, 2020; NILSSON *et al.*, 2018; NILSSON; WEITZ, 2019; WEITZ *et al.*, 2018).

O Relatório de Avaliação Climática 2022 também chama atenção para o aumento do aquecimento global, indicando a ação humana como responsável por graves transtornos ao meio ambiente (IPCC, 2022).

Dessa forma, a Organização das Nações Unidas orienta que governos, comunidades e universidades busquem alternativas para a implementação dos ODS (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2021).

Nesse sentido, a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) demonstra a urgência de medidas ousadas, equilibradas e transformadoras para a sustentabilidade global,

respeitadas as vertentes da integração econômica, social e ambiental. Neste viés a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu que para a implementação desta Agenda teremos de assegurar os direitos humanos.

Pensando neste contexto, propomos uma formação em susutentabilidade que foi desenvolvida a partir dos conteúdos aplicados pelas disciplinas Seminários Interdisciplinares em Desenvolvimento Regional I e II do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A proposta foi transformada em extensão universitária com o propósito de formar multiplicadores em sustentabilidade no sentido de colaborar na implementação das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em escala local e nas variadas vertentes, com vistas a contribuir efetivamente para que a Agenda 2030 se torne uma realidade.

Como resultado ao processo de qualificação, buscou-se, a partir da formação de multiplicadores para a disseminação da Agenda 2030 (assessores populares), preparar a sociedade para apresentar resoluções resilientes na localização dos ODS para a melhoria na formulação de políticas públicas voltadas para a inclusão social e o desenvolvimento da política urbana sustentável a nível local.

Para a realização desta proposta, no primeiro momento, foram realizadas parcerias institucionais entre a Universidade Federal do Tocantins (organização, execução e avaliação); Rede ODS Brasil (apoio institucional e uso das redes sociais); Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU (apoio institucional e divulgação) e a Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (plataforma de EAD).

2. Importância de falar na Agenda 2030

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) é um plano de ação global criado para minimizar a pobreza, a fome e os danos ao meio ambiente, com a finalidade de pensar a prosperidade sustentável, com o olhar nas pessoas e no planeta. Contudo, para a efetivação dos 17 ODS, suas metas e indicadores, que estão instituídos por este plano global, dependemos de arranjos institucionais, de práticas intersetoriais e especialmente da atuação das universidades

brasileiras.

Além disso, em decorrência dos impactos da pandemia de COVID-19 que causaram retrocessos na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mostrados pelos relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2020 e 2021, que recomendaram reforços na ação global com vistas a buscar soluções para estes problemas profundos e que já estão enraizados nas sociedades modernas, a exemplo de deficiências identificadas na proteção social, no sistema de saúde pública, para além disso, nas desigualdades estruturais no país, na degradação ambiental contemporânea e nas mudanças climáticas promovendo catástrofes nas cidades, tudo isto pode comprometer as gerações presentes e futuras (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2020 e 2021). Portanto, mostram-se necessárias ações e iniciativas com a finalidade de discutir a implantação dos ODS.

Importante salientar que o Relatório de Avaliação Climática de 2022, publicado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), chamou a atenção para o aumento do aquecimento global, que é responsável por graves transtornos ao meio ambiente e ao bem-estar das pessoas no planeta terra. Os avaliadores deste relatório identificaram a influência da ação humana como principal motor do recuo global das geleiras desde a década de 1990, bem como da diminuição da área de gelo do mar Ártico entre 1979-1988 e 2010-2019, fator que contribui para o aquecimento global (IPCC,2022).

A Organização das Nações Unidas (ONU) orienta que governos e comunidade, com a contribuição das universidades, busquem alternativas para a implementações dos ODS (NAÇÕES UNIDAS/ BRASIL,2021). E, para isto, as universidades, como campo de propagação do conhecimento e das pesquisas científicas, promovam o avanço e o diálogo na intermediação construtiva de práticas extensivas que despertem a sociedade para o processo de participação democrática local para a efetivação dos ODS.

Esse cenário consubstanciou a elaboração desta proposta de extensão, por suas multiplas capilaridades, como: a de promover prática extensionista a partir da curricularização alinhando ensino e pesquisa com a finalidade de despertar na comunidade acadêmica; a de despertar a consciência cidadã e finalmente, possibilitar maneiras de difundir e popularizar a agenda 2030 para a sociedade com o

intuito de localizar, contribuir e fomentar a implementação dos ODS localmente.

3. Instituindo um formação dialogada e traçando seus objetivos

A formação objetivou preparar assessores populares em sustentabilidade, dando-lhes o status de multiplicadores de conhecimento para localizar e contribuir efetivamente na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a partir de identificação de experiências exitosas locais, bem como tem a finalidade de instigar a participação democrática comunitária com o enfoque na institucionalização da Agenda 2030, nos diversos setores da sociedade.

Neste sentido, estimular a consciência cidadã nos participantes de forma que estes pudessem ser protagonistas na consecução de práticas que despertem na sociedade interesse em participar democraticamente dos planos, dos projetos, do planejamento local e, ao lado dos Gestores Municipais, trabalhar novas interfaces para as implementações dos ODS na comunidade.

Esperou-se também desenvolver na sociedade o espírito reflexivo e crítico, bem como a visão sistêmica dos problemas locais com o propósito de que o planejamento municipal caminhe alinhado com a proposta da Agenda 2030 para propiciar aos que receberam a qualificação o conhecimento básico teórico-prático sobre a Agenda 2030, fato que permitiu se inserirem nas discussões sobre o direito à cidade e interagirem com vistas à melhoria da projeção de espaços urbanos mais humanizados, acolhedores e sustentáveis.

Portanto, pretendíamos formar multiplicadores em sustentabilidade ambiental para que atuassem na comunidade para colaborar na construção de políticas públicas que possibilitessem melhorias à sociedade e ao meio ambiente no sentido de contribuir com os arranjos institucionais qualificando a sociedade para a constituição de conselhos em geral para localizar e colaborar na implantação da Agenda 2030.

4. Como estruturar uma formação comprehensível pela população

Nos três primeiros anos de experiência desta proposta de

extensão a formação foi realizada pelo modelo híbrido: com aulas ao vivo pela internet e atividades assíncronas em plataforma de Ensino à Distância (EAD).

Em 2023, embora a proposta continue pelo modelo híbrido as aulas expositivas passaram a ser ministradas de forma presencial, oportunidade em que os mestrandos, responsáveis pela atividade, irão desenvolver as práticas formativas diretamente nos municípios tocantinenses.

E neste sistema, o processo assíncrono previsto pela proposta pedagógica, como: as leituras de textos previamente elaborados; os vídeos informativos, interpretativos e reflexivos; os áudios orientativos; as bibliografias, exercícios de variadas tipologias (multipla escolha, quiz, redação, etc.) e as avaliações previstas estão dispostas em plataforma (Ead) específica, para acesso aos participantes.

A proposta pedagógica da formação prevê atividades em Blocos, que estarão conceituando a Agenda 2030, falando dos ODS e das articulações sociais, também, será tratada a Mobilização e a institucionalização do documento transformando o mundo.

As atividades desenvolvidas na formação são criteriosamente delineadas por grupo que estuda detalhadamente sua estrutura didático-pedagógica, para isto estrutura conteúdo distribuídos em atividades, como: apresentações lúdicas, com artistas da região; aulas teóricas, com apresentação de vídeos de entrevistas com lideranças locais; documentários sobre a história da comunidades e suas práticas sociais, culturais, econômicas e o papel dos cidadãos sobre o cuidado com a cidade e com o meio ambiente, e a apresentação de práticas de localização de ODS, mostrando projetos e atividades que estão sendo desenvolvidas localmente.

A formatação estrutural da atividade formativa estabelece a carga horária total 30 horas, consideradas as atividades síncronas e assíncronas, isto considerando todo os procedimentos previstos e a aplicação dos mecanismos oferecidos para uma melhor condução do ensino e aprendizagem.

Como mencionado anteriormente a formação está estruturada em três blocos estruturais, que sedimentam o assunto teórico e estão distribuídos de maneira a oferecer um melhor aproveitamento temático.

Retratando estes princípios fortalecedores da proposta formativa cada bloco tem o seu papel fundamental, indicando seu objetivo

esperado e apontando os temas indispensáveis para o aprofundamento e a interligação à sustentabilidade.

Neste sentido, ao falar dos conceitos iniciais da Agenda 2030 no primeiro bloco, objetiva-se apresentar os conceitos preliminares sobre o tema e mostrar as articulações e as contribuições essenciais para a implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Portanto, a formação ao propor aplicar carga de conteúdo que tenha uma abrangência temática ampla e que permita ao participante entender de maneira ampla e diversa a importância da Agenda 2030 no seu cotidiano, busca delineiar, neste primeiro momento, aspectos conceituais que dê um embasamento a este participante para a discussão do tema.

Ao abordar aspectos conceituais importantes no seu primeiro bloco sobre conceitos e ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável, destaca pontos como: aspectos históricos e o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) na estruturação e na concepção da Agenda 2030; as dimensões, os objetivos e as metas do plano de ação “transformando o mundo”; a territorialização, localização e aplicação dos ODS à nível global e nas esferas governamentais; o papel dos ODM como Agenda antecessora e os resultados brasileiro; a capilaridade necessária e os esforços para ações concretas de divulgação.

Já no segundo bloco que objetiva apresentar as noções básicas sobre os ODS, propõe-se discutir acerca das metas em sustentabilidade e identificar o papel das práticas sociais que se articulem e se agregem às intenções de sustentabilidade almejada pela Agenda 2030.

Evidente, que neste momento se torna necessário definir o Desenvolvimento Sustentável, porém, fazendo a articulação com o contexto local, vê-se então, a importância de se evidenciar pontos primordiais para interligar a discussão teórica à prática vivida, ao cotidiano, questiona-se então como fazer esta interligação, apontamos pontos básicos essenciais para esta aproximação, como: temos de pensar os ODS dentro de perspectivas que os levem à sua aplicabilidade; conhecer os objetivos e as metas dos ODS, não abrindo mão da sua transversabilidade e a partir da realidade vivida; entender que a participação social é fundamental nos processos decisórios, especialmente os de abrangência e relacionados aos espaços em disputa como a rua e bairro, partes da cidade, etc.; instigar e cobrar dos responsáveis pela implantação dos ODS nas cidades as ações concretas; compreender a primordialidade

de harmonizar os três elementos centrais da Agenda 2030 (crescimento econômico, inclusão social e a proteção ao meio ambiente); por fim, interligar os ODS e o planejamento local ao orçamento municipal (PPA, LDO e a LO), destacando que os recursos disponibilizados em ações concretas pelos municípios voltadas para a implantação da Agenda 2030 são essenciais para a efetivação da sustentabilidade local.

Já no terceiro bloco que objetiva mostrar como é possível construir uma Agenda local a partir da efetiva participação dos atores sociais, verifica-se que seja necessário apontar a necessidade de se promover uma ampla reflexão acerca de mudanças de paradigmas, e, neste sentido são apontadas medidas inovadoras e desafiadoras para a ampla interligação entre a sociedade e a gestão pública.

Não obstante entender quão mudanças provocam insegurança e resistência, propõe-se neste bloco uma ampla discussão ressaltando, que embora, identifiquem-se responsabilidades e fragilidades, é preciso mostrar novas perspectivas e possibilidades reais para promover avanços escalares em direção a implantação da Agenda 2030.

Assim sendo, necessário se faz trazer para a discussão pontos como: fatores que impedem e prejudicam a implantação dos ODS; contradições entre o planejamento municipal e as orientações da Agenda 2030; indisponibilidade orçamentária voluntária para a aplicação de recursos efetivos nas ações voltadas para a sustentabilidade; os aspectos essenciais para a mobilização popular; as maneiras de agregar logística e de disponibilizar recursos humanos e financeiros para promover ações concretas de implantação dos ODS.

Importante salientar é que perpassando pelos blocos descritos como pilares estruturais para a formação se pretende agregar aspectos práticos da implantação da Agenda 2030. Nesse viés, em ao final do último bloco está prevista a interação com as ações exitosas locais, ou seja, apresentação de boas práticas desenvolvidas e fundadas em ações e projetos que interligam definitivamente a sociedade ao Poder público local, tanto pela ação como pela omissão. Isto se evidencia por atividades desenvolvidas pela sociedade em razão da omissão do Poder público ou àquelas desenvolvidas pelo Poder público com adesão da sociedade.

5. A maneira didática e o uso de materiais que simplifique o dialogo

Evidentemente que para contribuir para a qualidade da formação proposta foram produzidos material didático, tanto para respaldar as atividades sincronas como as assincronas, para além disso esse trabalho formativo produziu uma bibliografia propria e exclusiva com outras mídias, como: e-Books; vídeos; podcasts e slides específicos.

Cabe enunciar que a preocupação em estruturar um trabalho de elevada qualidade parametrizado na sofisticação de uma bibliografia densa e com nível de aprofundamento academico, porém que estivesse ao alcance da população com uma linguagem acessivel, foi um desafio herculeo, mas superado especialmente pelo entendimento de que haveria a necessidade de um amplo dialogo para entender as necessidade, para além disso, não só entender, mas traduzi-la não somente por meio da linguagem e sim pelo respeito e integração do saber popular e da valorização do cotidiano, da singularidade dos lugares, das pessoas e das necessidades.

Com este contexto as certificações de mais de 5 mil assessores populares em ODS mostrou a apropriação tematica dos participantes e o engajamento na melhoria das localidades onde estão inseridos pelas ações multiplicadores possiveis e pelo entendimento de que a temática esta relacionada a sobrevivencia, afinal sustentabilidade a partir de ações locais concientes é que possibilitarão o avanço na direção da Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

BAILEY, D. et al. Regions in a time of pandemic. **Regional Studies**, v. 54, n. 9, p. 1163-1174, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00343404.2020.1798611>. Acesso em: 16 ago. 2021.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** [s. l.], 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 28 abril 2023.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. **Relatório da ONU sobre progresso dos ODS aponta que a COVID-19 está comprometendo avanços no campo social.** 2020. Disponível em: < <https://unstats.un.org/sdgs/report/2022/> >. Acesso em: 28 abril 2023.

IPCC, 2022: **Mudança Climática 2022:** Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade. Contribuição do Grupo de Trabalho II ao Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas [H.-O. Pörtner, DC Roberts, M. Tignor, ES Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press. Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido e Nova York, NY, EUA, 3056 pp., doi: 10.1017/9781009325844.. Acesso em: 28 anril 2023.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** [S.l.], 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 22 jul. 2021.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. **ONU:** próximos 18 meses são cruciais nos esforços globais para reverter os impactos da pandemia | As Nações Unidas no Brasil. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/134651-onu-proximos-18-meses-sao-cruciais-nos-esforcos-globais-para-reverter-os-impactos-da>. Acesso em: 28 abril 2023.

NILSSON, M. et al. Mapping interactions between the sustainable development goals: lessons learned and ways forward. **Sustainability Science**, Shiroyama trusttower 5F, 4-3-1 Toranomon, Minato-Ku, Tokyo, 105-6005, Japan, v. 13, n. 6, p.1489-1503, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11625-018-0604-z>. Acesso em: 20 out. 2021.

NILSSON, M.; WEITZ, N. Governing trade-offs and building coherence in policy-making for the 2030 Agenda. **Politics and Governance**, Rua Fialho Almeida 14, 2ESQ, Lisbon, 1070-129, Portugal, v. 7, n. 4, p. 254-263, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17645/pag.v7i4.2229>. Acesso em: 20 out. 2021.

WEITZ, N. et al. Towards systemic and contextual priority setting for implementing the 2030 agenda. **Sustainability Science**, Shiroyama trust tower 5F, 4-3-1 Toranomon, Minato-Ku, Tokyo, 105-6005, Japan, v. 13, n. 2, p. 531-548, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11625-017-0470-0>. Acesso em: 16 ago.2021.

CAPÍTULO II

AS HORTAS URBANAS COMO CAMINHO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

*Francisco Pereira de Sousa
Jéssica Porto Costa;
Cássio Bruno Sá de Souza*

1. Introdução

O Projeto Hortas Urbanas desenvolvido em Palmas, capital do Tocantins, objetiva a implantação e a manutenção de hortas em vários setores da cidade. Essa atividade resulta em geração de renda, produz impactos para a aceleração da implementação da Agenda 2030, possibilita a convivência saudável entre os participantes, colabora para a economia familiar, contribui para o debate da ordem climática, favorece a biodiversidade e promove uma alimentação sustentável. Além disso, impacta econômica e socialmente, favorecendo a implantação local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente os ODS 1, 2, 8, 11 e 12.

A iniciativa de produzir alimentos com a participação das comunidades locais, em áreas próximas às suas residências, é bastante benéfica, pois as hortas urbanas trazem vários benefícios que contribuem para uma alimentação saudável, incentiva a produção de alimentos para autoconsumo e oportuniza a possibilidade de renda

pela venda das hortaliças excedentes. Porém, antes da instalação de um projeto dessa magnitude, é necessário desenvolver uma forma de trabalho de base, que deve acontecer antes e depois da instalação das hortas, haja vista que essa conscientização pode ocorrer por meio de atividades informativas sobre o real sentido das hortas nas comunidades.

A partir de então, possibilita o despertar nos indivíduos a compreensão de como pertencer a uma coletividade, pois as pessoas que receberem a responsabilidade de cuidar das hortas precisarão se organizar para mantê-las. É preciso ainda compreender que as hortas são mecanismos que beneficiam a comunidade, direta e indiretamente, dependendo do esforço individual e coletivo para a concretização da sua implantação nas localidades.

Destarte, as hortas Urbanas (HUs) têm sido apontadas como um caminho viável ao planejamento de espaços urbanos sustentáveis (ARAÚJO, 2016; CNM, 2020; FILHO, 2021; MEDEIROS et al., 2015). Portanto, a implantação e a execução do projeto hortas urbanas em Palmas-Tocantins produz impactos comunitários relativos à economia, ao convívio social e à implementação da Agenda 2030, evidenciando que o plano dessa agenda é que “governos e instituições públicas possam trabalhar em estreita colaboração na implementação com autoridades regionais e locais, instituições acadêmicas, organizações filantrópicas, grupos de voluntários e sociedade em geral”.

Neste contexto, foram analisadas as hortas comunitárias da região norte de Palmas-Tocantins, criadas para suprir as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, uma vez que o projeto está voltado principalmente para atender mulheres com dificuldades de acesso a uma alimentação de qualidade e pessoas de mais idade que não têm renda. Tendo em vista estas considerações, esse estudo exploratório apresenta as experiências de hortas urbanas em Palmas-Tocantins, mostrando seu processo de implantação, manutenção e acompanhamento que ocorreu por meio de uma pesquisa de campo.

2. Tentando entender o funcionamento das hortas urbanas

Nos primeiros momentos da pesquisa, foram utilizadas as técnicas de visita de campo, da observação participante e da pesquisa-

ação¹, com a participação dos pesquisadores visando a compreender como eram desenvolvidas as atividades nas hortas comunitárias. Num segundo momento, foram observadas as formas como as atividades eram desenvolvidas durante seu tempo de realização, que ocorria das 7 às 10 horas da manhã e das 16 às 18 horas da tarde.

Desta maneira, os pesquisadores dialogavam de maneira informal com horticultores e horticultoras e simultaneamente observavam a interação entre eles.

Assim, com base na observação, foram feitas entrevistas semiestruturadas, que possibilitaram compreender com maior exatidão as perspectivas para participação no projeto hortas comunitárias, o envolvimento político dos sujeitos e as afinidades advindas dessa ação.

Para tanto, foram analisadas hortas comunitárias da região norte de Palmas-Tocantins. Essa pesquisa procedeu a uma análise de cinco hortas comunitárias localizadas na região norte de Palmas: Arno 31 (303 Norte), Arno 33 (307 Norte), Arno 42 (405 Norte), Arno 43 (407 Norte) e Arno 72 (605 Norte). Essas hortas foram criadas para suprir as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, uma vez que o projeto está voltado principalmente para atender mulheres com dificuldades de acesso uma alimentação de qualidade e pessoas de mais idade que não possuem renda.

Tendo estas considerações como referência, esse estudo exploratório apresenta as experiências de hortas urbanas em Palmas-Tocantins, mostrando seu processo de implantação, manutenção e acompanhamento, que ocorreu por meio de pesquisa de campo, tendo sido conduzidas entrevistas com os horticultores, consumidores e os técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SEDER).

Figura 1: Foto visita às Hortas Urbanas de Palmas-Tocantins

1. A pesquisa-ação é uma modalidade de pesquisa participante comprometida, em discordância à pesquisa tradicional, que é considerada como “independente”, “não reativa” e “objetiva”. Como o próprio nome já diz, a pesquisa-ação busca conectar a pesquisa à ação ou prática, melhor dizendo, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática. É, portanto, uma maneira de se fazer pesquisa em situações em que também se é uma pessoa da prática e se deseja melhorar a compreensão (KETELE; ROEGIERS, 1993, p.99).



Fonte: Acervo do autores (2022)

Nesses termos, compreender a implantação, a manutenção e o acompanhamento de Hortas Urbanas são de suma relevância, pois a Agenda 2030 preconiza que as ações voltadas para alcançar o Desenvolvimento Sustentável não precisam somente acontecer de cima para baixo, mas pequenas atitudes também promovem esse desenvolvimento. Por esta razão, a iniciativa de produzir alimentos com a participação da comunidade, em áreas próximas às suas casas, por meio de hortas comunitárias, é relevante pelos benefícios que esse tipo de ação provoca na região onde são instaladas as hortas.

2.1 Aproximando as demandas locais aos interesses por formação em sustentabilidade

O estudo emerge com vínculo na pesquisa-ação proposta pelo projeto Assessores Populares em ODS: práticas e localização, que trata de uma atividade acadêmica da UFT sedimentada na curricularização da extensão institucionalizada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT, delineada pela Resolução 7/2018 (CNE). A atividade é organizada pelos acadêmicos da disciplina Seminários Interdisciplinares em Desenvolvimento Regional (I e II) e propõe o fortalecimento de capacidades na produção de multiplicadores para a disseminação da Agenda 2030. Para a produção deste trabalho, os mestrandos, além do conhecimento teórico sobre a Agenda 2030, participaram de ações práticas locais que permitiram acompanhar projetos locais, como o projeto hortas

urbanas de Palmas-Tocantins, sendo exatamente este o ponto de interseção da pesquisa-ação para a produção deste estudo em que se busca mostrar os resultados.

3. Delineando e mostrando soluções aplicáveis para valorizar as hortas urbanas

3.1 Aspectos históricos da Agenda 2030

Em setembro de 2015, os países membros das Nações Unidas adotaram uma nova política global, a Agenda 2030, plano de ação global que engloba 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, desenvolvido para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, respeitando as condições que o planeta disponibiliza, sem comprometer a qualidade de vida para as gerações futuras (PEREIRA, 2018). Para o mesmo autor, esse plano nasceu de um acordo aceito pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), ou seja, que se comprometeram a seguir as medidas recomendadas no documento “Transformando o Nossa Mundo”, Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Essas medidas deverão ser desenvolvidas nos 15 anos vindouros, 2016 – 2030, e têm como objetivo aumentar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida significativamente de todas as pessoas. O lema é “não deixar ninguém para trás”.

Desse modo, os objetivos seriam alcançados por meio de uma ação simultânea que agrupa diferentes níveis de governo, organizações, empresas e a sociedade na totalidade nos âmbitos (inter)nacionais. As metas são conjuntas e abrangem três dimensões do desenvolvimento sustentável - social, ambiental e econômica - e podem ser colocadas em prática por governos, sociedade civil, setor privado e por cada cidadão comprometido com as futuras gerações.

Assim, as gerações futuras teriam as mesmas oportunidades de desfrutar dos mesmos recursos que a geração do presente. Então, faz-se necessário que as medidas estabelecidas na Agenda 2030 não sejam ignoradas, dado que o planeta é “uma casa comum” e exige respostas urgentes por parte de todos por uma ação integrada visando a alcançar o Desenvolvimento Sustentável. Essa agenda é um plano de ação para todas as partes interessadas em trabalhar em prol das

pessoas, do planeta e da prosperidade, tendo em vista que o propósito da Agenda 2030 é consolidar a paz universal com mais liberdade para as nações e a erradicação da pobreza em todos os níveis até a sua forma mais extrema. Esse é o maior desafio global primordial para o desenvolvimento sustentável. O plano é para que todos os interessados participem da implantação das ações. Em comum acordo, o documento tem como premissa libertar a humanidade da tirania e da pobreza, bem como proteger o planeta, por uma trajetória mais sustentável e resiliente (BACHTOLD; FILHO, 2009).

Ainda na visão Bachtold e Filho (2009), a implantação da Agenda 2030 só será possível por meio de parcerias globais, nacionais, regionais e locais, permitindo, assim, o desenvolvimento de um arcabouço que permita o acompanhamento e a revisão com vistas a garantir os direitos humanos a todos. Ou seja, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas. Nesses termos, as três dimensões desta agenda - Social, Ambiental e Econômica -, permitirão que o desenvolvimento sustentável esteja integralmente contemplado no documento equilibradamente. Todos os objetivos estão voltados para as áreas de importância crucial para a humanidade, os cinco pilares dos ODS, que incluem Pessoas, Planetas, Prosperidade, Paz e Parcerias, conforme a Agenda 2030.

Isto posto, é perceptível que os projetos de hortas comunitárias apresentam condições para praticar a Agenda 2030, uma vez que tais projetos colaboram com a inclusão social, produção sustentável, geração de renda, erradicação da pobreza, consumo sustentável e preservação do meio ambiente. Vale lembrar que a Agenda 2030 é um plano global intitulado “Transformando Nossa Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, com a instituição de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas e 231 indicadores, objetivando a erradicação da pobreza, a promoção da vida com mais dignidade e o respeito aos limites do planeta.

Essa proposta pretende a colaboração global rumo à efetivação dos ODS para uma transformação mundial e desenvolvimento humano, sem comprometer as gerações futuras (ANDERSON et al., 2017; BACHTOLD; FILHO, 2009; FURTADO, 2018; NAÇÕES UNIDAS/ BRASIL, 2015).

Figura 2: Objetivos dos Desenvolvimentos Sustentáveis (ODS)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Fonte: NAÇÕES UNIDAS/BRASIL (2015).

Embora preconize a aplicação global das ODS, a Agenda 2030 reconhece as diferentes realidades, níveis de desenvolvimento, bem como as políticas e prioridades nacionais, valorizando as dimensões regionais e sub-regionais e a integração econômica, facilitando a adaptabilidade às necessidades e características de cada região (SANAHUA; VÁZQUEZ, 2017).

3.2 O território como sentimento de apropriação ou empoderamento

Os procedimentos que levaram à territorialização da Agenda 2030 estão relacionados particularmente às realidades de cada localidade, não existindo, por consequência, uma solução universal para todas as regiões e localidades. Entretanto, análise feita pelo Regions4 (2018) de algumas experiências com governos locais sintetizou três desafios principais para a territorialização. O primeiro diz respeito à priorização de como colocar em evidência a agenda dos ODS em detrimento de outras agendas; o segundo, à necessidade de suporte e apoio, principalmente no que concerne a treinamentos e à capacitação de pessoal; o último, e não menos importante, diz respeito a faltar recursos financeiros (REGIONS4, 2018).

Segundo as Nações Unidas Brasil (2022), a localização é o processo que deve considerar as características subnacionais na realização da Agenda 2030, desde a determinação dos objetivos e

metas até as indicações dos meios de implementação, bem como o uso de indicadores para medir e acompanhar o progresso. Ainda na visão da ONU (2022), a localização refere-se tanto à forma como os governos locais e regionais apoiam a realização dos ODS por ações de baixo para cima, quanto ao modo como os ODS fornecem uma estrutura para a política de desenvolvimento.

Nesse contexto, a implementação dos ODS depende em sua maior parte da capacidade dos governos locais e regionais de proporcionar o desenvolvimento territorial integrado, inclusivo e sustentável. Por muitas vezes, esses governos locais não conhecem o seu papel perante a Agenda 2030, seja porque são pequenos em seu território, ou porque não têm o conhecimento e as capacidades de que necessitam, incluindo recursos humanos, técnicos ou financeiros para buscar a implementação dos ODS, sendo necessários esforços de localização.

Nesses termos, os governos locais e regionais são os atores mais próximos dos cidadãos. Ao capacitar esses atores em posições privilegiadas e em contato direto com a população, fica mais fácil influenciar as comunidades locais e conscientizá-las sobre a importância dos ODS e sua relevância em seu contexto.

Portanto, os governos em todos os níveis precisam trabalhar juntos para formar um consenso nacional que coloque os ODS no centro do desenvolvimento nacional, regional e local. Os governos locais e regionais devem procurar garantir que o processo seja de baixo para cima. As necessidades, prioridades e expectativas locais devem definir as estratégias nacionais, considerando as realidades e necessidades de cada região, garantindo que o desenvolvimento ocorra de modo participativo e inclusivo.

3.3 As hortas urbanas no contexto de sustentabilidade

As primeiras narrativas sobre hortas urbanas apareceram na Inglaterra no final do século XVIII em razão do êxodo rural e, paulatinamente, do crescimento da população. Estas causas levantaram a necessidade de serem criados espaços de cultivo no interior das cidades, visando a combater a escassez de alimentos. No século XIX, a ampliação da industrialização colaborou para a evolução destes espaços de cultivo, o que favoreceu a concentração em torno

dos novos centros industriais (TEIXEIRA, 2016).

Já em relação ao conceito de agricultura urbana (AU), cabe referenciar o entendimento de Stewart et al. (2013) de que a AU não é definida de maneira fácil, pois existe uma grande diversidade de sistemas de AU a nível internacional, com características diferentes a depender das condições socioeconômicas, geográficas e políticas locais. De maneira universal, a AU, em resumo, pode ser entendida como uma produção de alimentos feita nas cidades. Assim, o desenvolvimento da agricultura na área urbana difere da agricultura rural, em razão do ambiente em que está inserida, podendo englobar grande variedade de tipologias de hortaliças (PINTO, 2007).

As Hortas Urbanas (HUs) vêm sendo empreendidas em vários espaços diferentes, desde áreas privadas, institucionais, locais non aedificandi e locais verdes urbanos. Entre as contribuições fundamentais perceptíveis da agricultura urbana, podem ser mencionados o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, o melhoramento da nutrição e da saúde nas comunidades, além de permitir que o ambiente fique mais saudável, possibilitando geração de renda e produção para o autoconsumo (COSTA, 2015). Assim, as Hortas Urbanas (HUs) são iniciativas de baixo custo e possibilitam que as cidades se tornem mais sustentáveis, ocasionando melhoria na qualidade de vida e proporcionando alimentação saudável (YAMAMOTO et al., 2019; FILHO, 2021).

Desta forma, as Hortas Urbanas (HUs) são uma forma de desenvolver a agricultura nos espaços vazios das cidades, sendo uma alternativa que exige pequenos espaços disponíveis. Nesses termos, hortaliças, árvores frutíferas e plantas ornamentais são mais facilmente cultivadas em áreas urbanas. Porém uma das principais características da AU é sua forma de se relacionar com outras dimensões, como o social, o meio ambiente urbano e o econômico, sendo a AU considerada uma dimensão do desenvolvimento urbano sustentável (MOUGEOT, 2000; FILHO, 2021).

Assim, o cultivo doméstico de hortaliças e de hortas comunitárias é primordial como uma política que possibilita a redução da pobreza e proporciona a melhoria das condições alimentares das famílias. O plantio de hortaliças contribui para melhorar o bem-estar da população. Porém, no processo do cultivo doméstico de hortaliças e hortas comunitárias, foram relatadas diversas dificuldades,

especialmente quando se trata da organização social e da falta de acesso à assistência técnica, motivo pelo qual a maioria desses projetos teve curta duração, ou seja, menos de três anos (BRANCO; ALCÂNTARA, 2011).

Tanto o abastecimento público de alimentos, quanto o autoconsumo e a comercialização são essenciais, visto que a agricultura urbana apresenta vários benefícios no âmbito da saúde pública, do desenvolvimento territorial, do desenvolvimento sustentável das cidades, da preservação ambiental, da consolidação comunitária, da propagação da cidadania ambiental, entre outros aspectos (TRAVALINE, HUNOLD, 2010; COCKRALL-KING, 2012; DEELSTRA, GIRARDET, 2011). Nesse contexto, deve-se buscar compreender que as experiências com a agricultura urbana possibilitam, além da produção imediata do alimento, contribuir também com a construção de cidades sustentáveis, especialmente quando se trata da população urbana, no sentido de promover a manutenção da vida (CASADEVANTE KOIS; MORÁN, 2016).

Assim, na maior parte do mundo a agricultura urbana passou a ser aceita como importante fator para a melhoria da segurança alimentar e nutricional (FAO, 2018, 2020; CABANNES, MAROCCHINO, 2018; TEFFT, JONASOVA, ZHANG, 2020). Nessas condições, a agricultura urbana deve ser considerada uma medida comum que estabelece a vivência em espaços abandonados. Desse modo, gerir uma horta possibilita à cidade a efetivação do pleno direito de desenvolver espaços verdes que sejam mais produtivos, contribuindo com a participação direta do cidadão na construção de uma cidade sustentável (BIAZOTI; SORRENTINO, 2016).

Na visão desses autores, mutirões periódicos de trabalho são realizados nas hortas para manutenção, conservação e construção dos canteiros, além das relações culturais, adubação, plantio, podas, tratamento com defensivos naturais e colheita são primordiais. É também um espaço onde as trocas, as manifestações de afetos, exercício político e trabalho comunitário acontecem, além disso, todo o trabalho é realizado por voluntários. Isso porque as hortas não dispõem de financiamento e os gastos são divididos entre as prefeituras responsáveis pelos projetos e os trabalhadores voluntários.

Assim, esse estudo buscou diagnosticar quais as possíveis dificuldades encontradas para dar continuidade aos projetos

de implantação, manutenção e acompanhamento das hortas comunitárias da região norte de Palmas-Tocantins.

3.4 Experiências em Hortas Comunitárias em Palmas -Tocantins

O projeto Hortas Urbanas em Palmas surgiu em 1992, organizado pela Prefeitura por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SEDER), buscando melhorar as perspectivas sociais e econômicas da população pobre que chegava à capital em busca de novas oportunidades.

Nesse aspecto, os achados evidenciam que o cultivo doméstico de hortaliças e hortas comunitárias tem sido essencial como uma política pública que possibilita redução da pobreza e proporciona melhoria das condições alimentares da comunidade. Ademais, os resultados apontam que esse projeto constitui um instrumento público fundamental que estimula a participação democrática de atores sociais para cuidar dos espaços urbanos por mais sustentabilidade, além de favorecer aqueles que necessitam ser incluídos em projetos sociais que possibilitem produção de alimentos, geração de renda e convívio social.

Com relação às Práticas da Agricultura Sustentável no Estado do Tocantins, o cultivo de Hortaliças Urbanas (HU) está em expansão, e essas medidas fazem parte das estratégias econômicas que visam à produção local e, concomitantemente, a reduzir a dependência externa de abastecimento, o que não é diferente em Palmas. Assim, o crescimento do consumo de hortaliças está associado ao incentivo à mudança no hábito alimentar de boa parte da população tocantinense (DOURADO; LIMA; MURAISHI, 2012).

Este tópico do estudo discorre sobre as experiências de hortas urbanas em Palmas-Tocantins. A pesquisa conduziu uma análise em cinco hortas urbanas localizadas na região norte de Palmas - Arno 31 (303 Norte), Arno 33 (307 Norte), Arno 42 (405 Norte), Arno 43 (407 Norte) e Arno 72 (605 Norte).

Nesses termos, tal pesquisa se concentrou em analisar o processo histórico de implantação, manutenção e acompanhamento das hortas comunitárias nessa região da capital, visando a compreender as dificuldades de implantação, manutenção, acompanhamento, produção e comercialização das hortaliças nas hortas comunitárias

desta localidade. A partir deste objetivo, foi fundamental compreender o perfil dos horticultores e suas dificuldades para articular um projeto de melhoria na gestão das hortas.

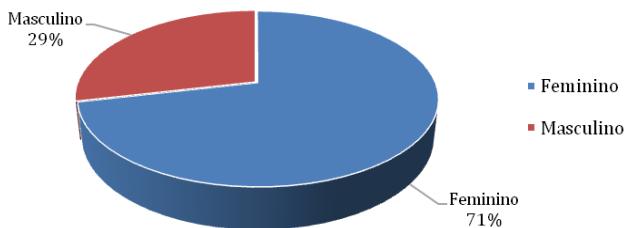
Figura 3 – Horta comunitária em Palmas - TO



Fonte: Acervo dos autores (2022)

O perfil social dos beneficiados, levantado pela SEDER em 2016, mostra que o número de horticultoras é superior ao de horticultores.

Figura 4 – Perfil social dos beneficiários do projeto hortas urbanas Palmas - TO



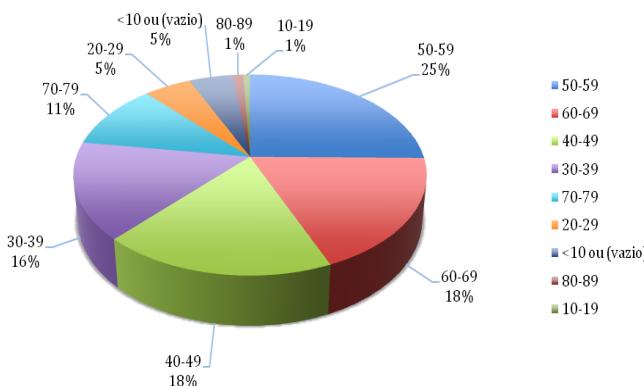
Fonte: SEDER (2016).

A Figura 4 mostra que o percentual de mulheres à frente dos canteiros das hortas comunitárias na capital Palmas é bem superior ao percentual masculino: as horticultoras representam 71% dos beneficiados, enquanto os horticultores são apenas 29%. Isso mostra que esse projeto de fato engajou o sexo feminino, visando a colaborar na geração de uma renda extra e, concomitantemente, proporcionar

acesso a uma alimentação mais saudável.

Com a relação à faixa etária dos beneficiários do projeto (HC), o maior número de pessoas se localiza entre 40 e 59 anos, evidenciando uma inclusão social, além de providenciar uma atividade laboral para aqueles que tinham tempo ocioso para proceder aos cuidados necessários nas hortas.

Figura 5 – Faixa etária dos beneficiários das (HC) em Palmas - TO



Fonte: SEDER (2016).

Na Figura 5, percebe-se que a magnitude de um projeto como esse é essencial para incluir pessoas de mais idade, pois os que têm de 40 a 89 anos representam 62%, assim esses beneficiários do projeto conseguem desenvolver uma atividade de trabalho próximo à sua residência. Desta forma, tal projeto contribui para promover uma relação de convivência social principalmente entre os horticultores de mais idade, além de proporcionar alimentos de qualidade produzidos por eles.

O Projeto de Hortas Urbanas surgiu em 1992, organizado pela Prefeitura de Palmas, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SEDER). As primeiras hortas comunitárias foram desenvolvidas nos bairros Aureny III, 1106 Sul e 307 Norte, cujo objetivo era melhorar as perspectivas sociais e econômicos da população pobre que chegava a esta capital em busca de novas oportunidades (POLASTRINI; SOUSA; BAZZOLI, 2021).

Visando a legitimar o projeto Hortas Comunitárias na capital Palmas, a prefeitura publica o Decreto n.º 284, de 22 de junho de 2012, que institui o Regulamento do Programa Hortas Comunitárias (PALMAS, 2012).

Art. 1º Fica instituído o Regulamento do Programa Hortas Comunitárias de Palmas, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, consoante o Anexo Único deste Decreto.

ANEXO ÚNICO DO DECRETO n.º 284, DE 22 DE JUNHO DE 2012.

Art. 1º Para os fins deste Regulamento, o Programa Hortas Comunitárias, criado pelo órgão da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, visa ao fomento da prática da horticultura por parte de famílias previamente inscritas, com o suporte técnico e logístico do Município.

§ 1º O Programa Hortas Comunitárias compreende:

a) a Administração Pública Municipal, representada por agentes públicos efetivos ou comissionados lotados na Secretaria respectiva;

b) horticultores previamente inscritos junto à Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, após análise do mérito de pedido motivado;

hortas instaladas temporariamente em imóvel público, ou definitivamente destinado para este fim, compostas de canteiros padronizados, com 1,00x10,00m, em média, e dentro de especificações técnicas aprovadas pela Administração Pública Municipal.

§ 2º A inscrição do Horticultor no Programa Hortas Comunitárias está sujeita à leitura e aceitação do Acordo de Adesão, disponibilizado pela Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, bem como à sujeição ao disposto neste Regulamento (PALMAS, 2012).

No ano de 1994, o projeto passa por uma ampliação, criando hortas em outras regiões da cidade. E por meio do decreto em questão, os horticultores conquistaram direitos e deveres relativos às hortas (PALMAS, 2020). A SEDER é o órgão municipal responsável por auxiliar os produtores, contribuindo com assistência técnica e proporcionando uma estrutura básica nas hortas, como água, preparo do solo e cerca de alambrado. E esporadicamente, faz uma distribuição com sementes, adubos e equipamentos aos horticultores. Nesses termos, a assistência técnica é focada na transferência de tecnologia, visando a contribuir com uma produção agroecológica. Além disso, são realizadas atividades, como: palestras, cursos; capacitações e dias de campo com os horticultores. Tais atividades têm por pretensão transmitir aos horticultores o conhecimento necessário para ser utilizado no controle alternativo de pragas e doenças, proporcionando, assim, uma produção agroecológica, concomitantemente, preservando a saúde de horticultores, dos moradores próximos às hortas e dos consumidores, que vão a esse local adquirir os produtos hortícolas (POLASTRINI; SOUSA; BAZZOLI, 2021).

O Quadro 1 mostra os endereços das hortas comunitárias que estão em pleno funcionamento em Palmas-Tocantins.

Quadro 1 - Localização das Hortas Urbanas em Palmas - TO

01	Arse 102 (1.006 Sul)	APM 12, Centro da Quadra
02	Arse 112 (1.106 Sul)	APM 05, Centro da Quadra
03	Arse 122 (1.206 Sul)	APM 02, em frente ao CSC Valéria Martins Pereira
04	Arse 132 (1.306 Sul)	APM 26, ao lado do Cmei Pequeninos do Cerrado
05	Arso 131 (1.303 Sul)	APM 32
06	Arno 31 (303 Norte)	APM 09, ao lado da Avenida NS-03
07	Arno 33 (307 Norte)	APM 01- Alameda 19, Centro da Quadra
08	Arno 42 (405 Norte)	APM 07
09	Arno 43 (407 Norte)	APM 01, ao lado da Avenida NS-15

10	Arno 72 (605 Norte)	APM 19, ao lado da Avenida NS-15
11	Jardim Aureny II	RUA 15 de Janeiro, ao lado do Espaço Green-Campo de Futebol
12	Jardim Aureny III	APM 09, Rua 20
13	Jardim Aureny IV	APM 08, Rua 14
14	Setor Sol Nascente	APM 01, Quadra 32-B
15	Setor Bela Vista	APM G, Quadra 21-A
16	Setor Maria Rosa	Avenida Guarujá, após a Escola Mul. Maria Rosa de Castro Sales
17	Setor Lago Sul	RUA RN-05, ao lado do Cemil Margarida Lemos
18	Taquaruçu I	Em fase de Reestruturação
19	Taquaruçu II	Ao lado do Cras Taquaruçu
20	Buritirana	AV. Hosana Pinto
21	Jardim Taquari	Rua NS-32
22	Empreendedora Taquari	T 21, Rua NS-06
23	Empreendedora Santa Bárbara	Avenida Contorno com a Avenida Perimetral

Fonte: SEDER (2021).

O Quadro 1 mostra que atualmente existem 23 hortas urbanas em Palmas, localizadas em diferentes quadras. Esse projeto tem um enorme potencial que, se bem gerido de fato, pode contribuir com a erradicação da fome, gerar renda, além de colaborar com a redução da pobreza extrema, como preconizado pela Agenda 2030.

Conforme o levantamento socioeconômico realizado pela SEDER em 2016, o programa conseguiu beneficiar mais de 400 famílias, tornando-se, assim, uma importante ferramenta na geração de renda e erradicação da fome. Entre as principais hortaliças cultivadas nas hortas comunitárias de Palmas, estão cebolinha, coentro, couve, alface, rúcula, e ervas medicinais. Com relação à comercialização do excedente da produção, parte é comercializada diretamente ao consumidor nas próprias hortas, nas mercearias das quadras circunvizinhas, nos pequenos restaurantes e nas feiras municipais (PALMAS, 2016).

Com relação ao perfil da produção das hortas comunitárias de Palmas, é uma situação que precisa passar por melhorias e concomitantemente desenvolver estratégias de comercialização junto aos horticultores, pois ainda não existe uma espécie de associação em

que todos produzem e vendem por meio dessa associação. A Tabela 1 mostra o perfil da produção das Hortas Comunitárias (HC) de Palmas-Tocantins em 2016.

Tabela 1: Perfil de Produção do Programa as (Hortas Comunitárias)

HORTAS	Produtores Cadastrados	Total de Can- teiros	Área Total Declarada	Comerciali- zação Mensal (Macos) (Cou- ve/Rúcula/ Cheiro Verde/	Comerciali- zação Mensal de Alface	Comerciali- zação Mensal de Hortaliças	Comerciali- zação Mensal de plantas Medi- o	Média de Can- teiros por Pro- dutor
HC 1106 Sul	31	186,4		12.205	2.895	8	25	6
HC 1306 Sul	25	54,4	785	1.688	709		16	2
HC Buriti- rana	19	43,7	606	80				2
HC Lago Sul	18	36,6	506	1.850	354	242		2
HC Au- reny IV	18	144,5	1.314	9.640	853	1	1	8
HC 1006 Sul	18	88,5		4.446	568		25	5
HC 307 Norte	17	82,0	1.132	7.182	472		80	5
HC Bela Vista	16	81,5	1.118	4.914	290	60		5
HC Maria Rosa	15	49,5	734	4.068	100	52		3
HC 303 Norte	13	54,0	666	2.017	615	20	12	4
HC 1206 Sul	12	53,5	645	2.725	1890		100	4
HC Ta- quaruçu	11	22,7	261	130	50			2
HC 407 Norte	10	28,1	346	444	120		120	3
HC Au- reny III	10	58,5	791	3.783	330	1	60	6
HC Sol Nascente	8	57,0	760	2.587	410	5		7
HC Au- reny II	8	54,0	421	1.433	36	0		7
HC 605 Norte	7	83,5	987	2.042			280	12
HC 405 Norte	7	71,5	998	6.205				10

HC Taquari	7	66,0	940	1.268	158		9
Total Geral	270			68.707	9.850	389	719

Fonte: PAMAS (2016).

Nessas condições, a produção das hortas comunitárias no ano de 2016 gerou uma comercialização de 68.707 maços do grupo, incluindo couve, rúcula, cheiro verde e salsa, valendo ressaltar também que a alface tem uma comercialização bastante regular, com 9.850 pés comercializados.

Com relação à assistência técnica, a Seder (2016) mostra que apenas 37% das hortas comunitárias recebem a visita mensal de um técnico, as demais se dividem da seguinte forma: 19% recebem visita trimestral; 18%, visita bimestral; 10%, visita semestral; 7%, visita anual; 5%, visita quinzenal; 2%, visita semanal; e 2% não informaram. Já para os horticultores, as visitas deveriam acontecer da seguinte maneira: 55%, visita mensal; 27%, visita quinzenal; 9%, visita bimestral; 1%, visita trimestral; 7%, visita semanal; e 1% não foi informado.

Aqui é percebido um descompasso entre as visitas realizadas e as visitas desejadas, e boa parte dos horticultores argumentam que sentem falta de assistência técnica fora do prazo das visitas, pois esse acompanhamento é importantíssimo para desenvolver melhor a produção e, ao mesmo tempo, aumentar a produtividades das hortas comunitárias.

Com relação à comercialização das hortas comunitárias, juntas, elas promoveram uma movimentação superior a R\$ 155 mil, de janeiro a novembro de 2016, conforme levantamento realizado pela área técnica (SEDER, 2016). Esse valor foi dividido entre os produtos cheiro verde, R\$ 73.867,50; couve, R\$ 38.406,00; alface e rúcula em torno de R\$ 43.004,00, entre outros. Assim, o total movimentado pelos beneficiários girou em torno de R\$ 155.277,50 de janeiro a novembro de 2016. Vale lembrar que um dos grandes diferenciais que levam os consumidores a comprar diretamente nas hortas comunitárias é a qualidade apresentada pelas hortaliças, além de ser possível escolher o produto diretamente no canteiro das hortas, e o preço, que é bastante acessível à comunidade (PALMAS, 2016).

Por óbvio, o projeto hortas comunitárias desenvolvido na

capital do Tocantins apresenta um forte potencial, tanto de produção como de comercialização. Porém, entende-se que esse projeto precisa passar por melhorias de forma que todas as 23 hortas possam desenvolver seu potencial, uma vez que algumas hortas estão bem mais desenvolvidas do que outras, principalmente quando se trata de produtividade e comercialização. Desse modo, uma continuidade bem gerida do projeto pode, de fato, colaborar ainda mais com aquilo que a Agenda 2030 tem preconizado, ou seja, a diminuição da pobreza, a erradicação da fome e a geração renda aos horticultores desse projeto.

A alimentação é um dos desafios apresentados na Agenda 2030, tendo em vista a necessidade de produzir alternativamente alimentos em diferentes locais, como nas hortas urbanas, criando um processo mais igualitário, com a possibilidade de utilizar conhecimentos populares tradicionais das comunidades locais, gerando um vínculo com a cultura regional. Além disso, as hortas comunitárias atendem diretamente a Agenda 2030 naquilo que é evidenciado nos ODS, que incluem 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero e agricultura sustentável), 8 (trabalho decente e crescimento econômico), 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 12 (consumo e produção responsáveis), sendo todos esses objetivos contemplados positivamente com a implantação de hortas comunitárias (NAVARRO, 2019).

3.5 A experiência e aplicabilidade de hortas urbanas em Palmas-Tocantins

No que concerne à implantação de hortas comunitárias na região norte e nas demais regiões de Palmas, ela acontece de seguinte forma: a associação da quadra interessada em receber o projeto de criação dessas hortas solicita junto à prefeitura a implantação de hortas comunitárias por meio de ofícios, indicando o local e a quantidades de pessoas interessadas em participar do programa. Assim, após o recebimento desse documento, a prefeitura de Palmas, por meio da SEDER, faz um estudo na localidade onde deve ser implantado o projeto hortas comunitárias, e caso não haja impedimento para a implantação dessa atividade, segue a seleção dos interessados em participar do projeto em questão (PALMAS, 2016).

Desta forma, são abertas as inscrições na associação solicitante

para selecionar os interessados em participar do programa, porém os candidatos a horticultores, após sua inscrição, têm seu perfil socioeconômico analisado pela SEDER, pois essa atividade dá prioridade a pessoas de baixa renda, que se encontram em situação de vulnerabilidade social e que realmente tenham interesse pelo cultivo da horta comunitária.

Posteriormente, é divulgado o nome dos contemplados a participar do projeto hortas comunitárias. Os selecionados inicialmente recebem treinamentos e apoio técnico para desenvolver suas atividades nas hortas. O treinamento compreende o preparo do solo e todas as etapas do cultivo, assim como a importância do consumo dos alimentos produzidos. Se porventura, no decorrer do projeto, algum horticultor selecionado desistir do projeto, outro horticultor, caso tenha interesse, pode assumir a responsabilidade do canteiro do horticultor desistente.

Em relação às dificuldades referentes à manutenção e ao acompanhamento das hortas comunitárias, existem várias, pois a estrutura das hortas ainda não é a ideal, visto que não existem coberturas na maioria dos canteiros, e no período chuvoso boa parte da produção se perde pelo excesso de água nos locais descobertos.

Além disso, vale destacar que o apoio técnico da parte da SEDER é insuficiente para atender todos os horticultores em razão de não dispor de técnicos em número necessário atuando nesse programa. Outro agravante na manutenção e acompanhamento dessas hortas é a falta de continuidade da atenção dada a essa atividade, visto que mudanças de gestores na pasta da SEDER também dificultam o bom andamento das hortas comunitárias, pois nem sempre o gestor ordenador dá a importância necessária que elas precisam.

Assim, a produtividade é afetada, uma vez que os horticultores acabam por desenvolver suas ações sem apoio técnico suficiente. Desta forma, os horticultores conduzem sua produção isoladamente, ficando a cargo da prefeitura o pagamento dos valores gastos com a água utilizada para regar os canteiros.

Figura 6 – Atividade na Horta Comunitária de Palmas - TO



Fonte: Autoes (2023).

Neste mesmo viés, destacamos as associações de moradores, mostrando seu papel e importância, delineadas na sequência.

Figura 7 – Associação de moradores



Fonte: Sitio da associação (2022).

Em relação à comercialização das hortaliças, trata-se de uma situação que precisa avançar bastante, pois os horticultores não têm experiência com o cálculo dos custos para produzir, consequentemente, eles não conseguem especificar a venda do seu produto. Sendo assim, cada horticultor é responsável por vender o excedente da sua produção ao preço que ele acredita ser suficiente pela quantidade comercializada.

Além disso, a venda das hortaliças nas hortas comunitárias difere da forma como são comercializadas nas feiras públicas, pois nas feiras compra-se por tipo de hortaliças, enquanto nas hortas comunitárias as hortaliças são compradas por sacola, onde são colocados vários tipos desse produto, incluindo couve, alface, coentro, cebolinha, rúcula, entre outros, assim o horticultor determina o preço de venda da sua sacola de hortaliças sem considerar os custos para produzir.

Figura 8 – Comercialização das hortaliças em Palmas - TO



Fonte: Acervo dos autores (2023).

Outra dificuldade a citar é a falta de parceiros neste empreendimento, sendo esse projeto conduzido apenas pela SEDER e os horticultores. Isso, de certa maneira, acaba emperrando o bom andamento da manutenção, produção e comercialização nas hortas comunitárias. Vale ressaltar que na pesquisa feita nas hortas não foi detectada uma forma de mensurar os resultados obtidos nos últimos anos, referentes à produção e comercialização das hortaliças. Percebeu-se uma falta de dados atualizados por parte da SEDER, uma vez que essas informações são necessárias para verificar se os objetivos de fato estão sendo alcançados e, consequentemente, em qual etapa há maior necessidade de melhoria, investimentos e apoio.

Assim, esta pesquisa sugere que sejam efetuadas melhorias nas estruturas das hortas, como coberturas dos canteiros, visitas técnicas com maior frequência, cursos referentes à produção e à comercialização, criação de associações para vender as hortaliças, visto que um horticultor isolado não consegue atender a demanda existente. Entretanto, pode-se afirmar que o programa de hortas comunitárias em Palmas-Tocantins apresentou um enorme potencial de prática de sustentabilidade, sendo necessário, para tal, passar por melhorias, atrair parceiros como universidades e iniciativa privada. Esse projeto existe há 30 anos, devendo servir de modelo para outras atividades de hortas urbanas tanto no restante do Tocantins, como em outras regiões do Brasil.

Tendo como suporte a Agenda 2030, o objetivo é proporcionar uma vida melhor e digna para todos no planeta, acabar com a

pobreza extrema e com a fome, que, a priori, é uma utopia, podendo ser verificado na prática que as ações para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são acessíveis a todos. O projeto hortas comunitárias de Palmas e todos os horticultores que dedicam parte do seu tempo a esta meta tornam viva a prova de que é possível, cada um fazendo sua parte, que os desafios podem de fato ser superados.

Desta maneira, a participação dos atores das comunidades locais é de extrema relevância no processo que visa a promover o desenvolvimento sustentável. Por esta razão, faz-se necessário que esses atores possam conhecer mais sobre a Agenda 2030 e seus ODS. Além disso, deve-se compreender como colocá-la em prática no âmbito local, pois essa agenda preconiza que as ações devem começar de baixo para cima e “não deixar ninguém para trás”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo revelou que a proposta de extensão em destaque oportunizou e estimulou a pesquisa-ação que possibilitou analisar o projeto hortas urbanas a partir de uma instrumentalização e do aprofundamento temático do tema Agenda 2030.

Neste sentido é possível distinguir um alinhamento estruturado na formação teórica de multiplicadores em ODS, denominado nas atividades como assessores populares, estabelecendo um amálgama à prática para entender a relação do programa Hortas Urbanas, em desenvolvimento em Palmas-Tocantins, como ligação e um exemplo de prática e localização comunitária dos ODS.

Isto posto, os resultados deste estudo apontam que a Prefeitura de Palmas, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SEDER), tem estimulado a participação democrática dos atores locais na instalação e execução das hortas urbanas no município, fomentando a participação da população a cuidar dos espaços urbanos e, por meio das hortas urbanas, promover o desenvolvimento da economia, da agricultura familiar, da alimentação saudável, inclusive, tornando o meio ambiente mais sustentável.

Assim sendo, este projeto de estudo mostra ser um mecanismo eficaz para a implementação dos ODS, especialmente contribuindo para a erradicação da pobreza (ODS 1), a fome zero e a agricultura

sustentável (ODS 2), o trabalho decente e o crescimento econômico sustentável (ODS 8), o desenvolvimento de cidades e comunidades mais participativas e inclusivas (ODS 11), o consumo e produção responsáveis (DOS 12), tudo em prol de um mundo melhor para as gerações presentes, sem comprometer as gerações futuras.

Nesses termos, o pressuposto da Agenda 2030 é consolidar a paz universal com mais liberdade para as nações e a erradicação da pobreza em todos os níveis até a sua forma mais extrema. Então, o plano é que todos os interessados participem da implantação das ações em comum acordo. O documento tem como premissa libertar a humanidade da tirania e da pobreza, bem como proteger o planeta, colocando-o em uma trajetória mais sustentável e resiliente.

Desta forma, percebeu-se que a implantação de hortas urbanas em Palmas-Tocantins contribuiu positivamente com os ODS 1, 2, 8, 11 e 12 da Agenda 2030, evidenciando que pequenas ações podem de fato alcançar e modificar a realidade de muitas pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade. Entretanto, é necessário que as forças se somem, visando a desenvolver vários outros projetos que a Agenda 2030 preconiza, sendo que tais programas precisam ser desenvolvidos com a participação dos diferentes segmentos da sociedade, visando a proporcionar melhorias na qualidade de vida das pessoas mais necessitadas.

Por conseguinte, as hortas comunitárias de Palmas contribuíram e fomentaram incipientemente a produção e a comercialização de hortaliças. Neste contexto, um projeto dessa magnitude deve de fato potencializar a promoção de uma cidade produtiva e ecológica, que respeita a diversidade social e promove segurança alimentar nutricional. Esta pesquisa sugere que sejam realizadas melhorias nas estruturas das hortas, incluindo coberturas dos canteiros, visitas técnicas com maior frequência, cursos referentes à produção e à comercialização, criação de associações para vender as hortaliças, uma vez que um horticultor isolado não consegue atender a demanda existente. Entretanto, pode-se afirmar que as atividades das hortas comunitárias em Palmas-Tocantins têm um enorme potencial de prática de sustentabilidade, mas, para tal, é preciso agregar melhorias às estruturas. Desse modo, esse projeto poderá servir de modelo para outros programas de agriculturas urbanas nas diversas regiões País.

Outro fator importante que as hortas comunitárias oferecem

é uma alternativa de alimentos mais saudáveis. Sendo assim, essa modalidade de agricultura urbana colabora com a segurança alimentar, possibilitando, de maneira contínua, acesso a uma alimentação de qualidade, pois essa agricultura vem conseguindo funcionar como um dos fatores constantes do processo de desenvolvimento sustentável da sociedade. Nesses termos, o nível de contribuição que essa modalidade de cultivo urbano pode oferecer, principalmente nas regiões que têm dificuldades de produção de alimentos de qualidade a preço acessível, é extremamente importante, tendo em vista que essa categoria de produção urbana de alimentos tem baixo custo e produz o ano inteiro.

Portanto, um programa que tem pretensões de promover o desenvolvimento sustentável, caso dessa modalidade de agricultura, só será possível se o envolvimento de diversos atores sociais, como os produtores, representantes políticos, ONGs, universidades, fornecedores e compradores, segmentos religiosos, governos (Federal, Estadual e Municipal) iniciativa privada, sociedade civil e economia formal, exercerem diferentes papéis, desempenhando coletivamente ações que promovam a erradicação da fome, a redução da pobreza, a segurança alimentar, a proteção ambiental, o bem-estar social e a geração de renda “sem deixar ninguém para trás”. Assim, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 serão alcançados.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Katherine et al. *Earth observation in service of the 2030 Agenda for Sustainable Development*. **Geo-spatial Information Science**, 2-4 PARK SQUARE, MILTON PARK, ABINGDON OR14 4RN, OXON, ENGLAND, v. 20, n. 2, p. 77-96, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10095020.2017.1333230>. Acesso em 11 de outubro de 2022.

ARAÚJO, Alessandra Silva. *O planejamento urbano e ambiental na construção de cidades sustentáveis: as hortas urbanas comunitárias em Porto, Portugal, e Belo Horizonte, Brasil*. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 8, n. 2, p. 190-209, 2016. DOI: 10.20396/urbana. v8i2.8647045. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/>

article/view/8647045. Acesso em 11 de outubro de 2022.

BACHTOLD, I. V.; FILHO, J. J. G. D. C. *As Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. SINUS, p. 12, 2009. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7277157-As-nacoes-unidas-e-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio.html>>. Acesso em 30 de abril de 2022.

BIAZOTI, André Ruoppolo; SORRENTINO, Marcos. *Engajamento político na agricultura urbana: potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo*. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, 2022.

BRANCO, Marina Castelo; DE ALCÂNTARA, Flávia A. *Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?* **Horticultura Brasileira**, v. 29, p. 421-428, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. *Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios brasileiros – Gestão 2017 – 2020*. [S.l.]: [s.n.], 2017. 140 p. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/biblioteca/download/2855>>. Acesso em 4 de maio de 2022.

CABANNES, Yves.; MAROCCHINO, Cecilia. (eds). *Integrating Food into Urban Planning*. London:UCL Press; Rome: FAO, 2018.

COSTA, Christiane Gasparini Araújo et al. *Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: uma experiência em Unidades Básicas de Saúde*. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 3099-3110, 2015.

COCKRALL-KING, Jennifer. *Food and the city: Urban agriculture and the new food revolution*. Prometheus Books, 2012.

CRESWELL, John W. Uma estrutura para projeto. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: **Artmed**, p. 21-42, 2007.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2013

DEELSTRA, Tjeerd et al. *Urban agriculture and sustainable cities*. Bakker N., Dubbeling M., Gündel S., Sabel-Koshella U., de Zeeuw H. *Growing cities, growing food. Urban agriculture on the policy agenda*. Feldafing, Germany: Zentralstelle für Ernährung und Landwirtschaft (ZEL), v. 43, p. 66, 2000.

DOURADO, D.P.; LIMA, F.S.O.; MURAISHI C.T. *Uso agronômico de resíduos orgânicos na produtividade e controle de nematoídeos em hortaliça: efeito de diferentes resíduos orgânicos sobre Meloidogyne incognita na cultura da cenoura*. Palmas: Faculdade Católica do Tocantins, 2012.

DUBBELING, M.; GUENDEL, S.; SABEL-KOSCHELLA, U.; DE ZEEUW, H. **Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda; a reader on urban agriculture**. Leusden, The Netherlands: Resource Centre on Urban Agriculture and Forestry, p. 43–64, 2011.

FAO. *Food and Agriculture Organization of the United Nations. The role of cities in the transformation of food systems: sharing lessons from Milan Pact Cities*. Rome: United Nations, 2018.

----- **FAO Green Cities Initiative – Green Cities Action Programme**: Building back better. Rome: United Nations, 2020.

DE SÁ FILHO, Athayde Leite et al. *Hortas urbanas no Brasil: Evolução, desafios e perspectivas*. **Journal on Innovation and Sustainability RISUS**, v. 12, n. 1, p. 30-44, 2021.

FURTADO, Nayara Frutuoso. *A agenda 2030 e a redução de desigualdades no Brasil: análise da meta 10.2. 2018*. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3529>>. Acesso em 24 de março de 2022.

KETELE, Jean.; ROEGIERS, Xavier. *Méthodologie du recueil d'informations: fondements de méthodes d'observations de questionnaires, d'interviews et d'étude de documents*. 2. ed. Bruxelles: De Boeck Université, 1993. p. 99.

KOIS, José Luis Fernández Casadevante; MORÁN, Nerea. *Raíces en el asfalto: pasado, presente y futuro de la agricultura urbana*. Libros en Acción, 2016.

MEDEIROS, Camila Bezerra Nobre de; SILVA, Miss Lene Pereira da; DA COSTA, ATAÍDE, Ruth Maria. *As hortas urbanas como uma contribuição às cidades sustentáveis: O caso do Gramorezinho em Natal/RN*. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, v. 3, n. 8, 2015. Disponível em <https://doi.org/10.17271/23178604382015981>. Acesso em 11 de outubro de 2022.

MOUGEOT, Luc JA et al. *Urban agriculture: Definition, presence, potentials and risks, and policy challenges*. **Cities growing food: Urban agriculture on the policy agenda**, 1, 42, **feeding people series; rept. 31**, 2000.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. [S.l.], 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 11 de outubro de 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/>>. Acesso em 30 de abril de 2022.

NAVARRO, Renata Soares et al. *Hortas comunitárias e os objetivos da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. **X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2019.

PALMAS. Prefeitura Municipal de Palmas. Secretaria municipal de governo. *Decreto nº 284, de 22 de junho de 2012*. Palmas/TO, 2012.

PEREIRA, Aline de Melo Faria. *Do global ao local: a Agenda 2030 da ONU e a gestão de resíduos sólidos no Brasil 2018*. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28564>. Acesso em 29 de abril de 2022.

PINTO, R. S. B. F. F. (2007). *Hortas urbanas: Espaços para o desenvolvimento sustentável de Braga* (Doctoral dissertation).

POLASTRINI, Alessandra; DE SOUSA, Claudia Regina; BAZZOLI, Silva João Aparecido. *SISTEMAS DE AGRICULTURA URBANA NA REGIÃO CENTRAL DE PALMAS, TOCANTINS: CONVENCIONAL OU AGROECOLÓGICA?* **Informe Gepec**, n. 1, 2021.

REGION4. **Localizing the SDGs: Regional Governments Paving The Way.** University of Strathclyde Centre for Environmental Law and Governance. [S.l.], p. 50. 2018.

SANAHUJA, José Antonio; VÁZQUES, Sergio Tezanos. Do milênio à sustentabilidade: desafios e perspectivas da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2017.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. *Metodologia de Pesquisa*. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

STEWART, R., KORTH, M., LANGER, L., RAFFERTY, S., DA SILVA, N. R., & VAN ROOYEN, C. (2013). *What are the impacts of urban agriculture programs on food security in low and middle-income countries?* Environmental Evidence, 2(1), 1-13.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEPLAN). Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas (DIGIT). Gerência de Informações Socioeconômicas (GEFINS). Estado do Tocantins – *Perfil Socioeconômico Municipal. 2º Versão*. Palmas: SEPLAN/GEFINS, dezembro 2021.57p.

TEFFT, J.; JONASOVA, M.; ZHANG, F.; ZHANG, Y. *Urban food systems governance: Current context and future opportunities*. Rome: FAO and The World Bank, 2020.

TEIXEIRA, Diana Margarida da Costa Leite. *Hortas urbanas: o contributo da arquitetura para a integração das hortas urbanas na (re)qualificação da cidade*. 2016. Tese de Doutorado.

TRAVALINE, Katharine; HUNOLD, Christian. *Urban agriculture and ecological citizenship in Philadelphia*. **Local Environment**, v. 15, n. 6, p. 581-590, 2010.

TOZONI-REIS, Marilia Freitas. de Campos. *Metodologia da pesquisa científica*. Curitiba: IESDE, 2007.

YAMAMOTO, Thais; MOREIRA, Cintia. *Hortas urbanas como intervenções temporárias: uma breve reflexão*. **Mosaico**, v. 10, n. 16, p. 73-86, 2019.

CAPÍTULO III

AGENDA 2030 E A CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARA AUTONOMIA FEMININA

Maria Goretti Sousa Mendes Cavalcante

Rian Lima Vidal

Josilene dos Santos Rodrigues

1. Introdução

O desenvolvimento sustentável consiste no processo pelo qual a exploração dos recursos naturais e ecônicos caminham em harmonia com a garantia do sustento potencial das gerações presentes, sem comprometer as gerações futuras (NAÇÕES UNIDAS, BRASIL, 2015). A sustentabilidade apoia-se em três dimensões principais: ambiental, econômica e social (NAÇÕES UNIDAS, BRASIL, 2015). Conceito conhecido como tripé da sustentabilidade (SCHARF, 2004).

O grande desafio da dimensão econômica é desenvolver uma nação, e ao mesmo tempo proteger o meio ambiente e garantir a manutenção dos recursos para as gerações futuras, o que se busca por meio de um conjunto de políticas financeiras e administrativas. Nesse ínterim, a desigualdade de gênero continua sendo um dos principais entraves ao desenvolvimento das nações. Em muitas sociedades, as mulheres ainda não têm os mesmos direitos sociais e trabalhistas que os homens, o que as torna mais vulneráveis à exploração sexual, à distribuição desigual de cuidados, salários e trabalho e à discriminação em determinados cargos e algumas frentes de trabalho.

Com isso, o esforço da Organização das Nações Unidas (ONU) para o alcance do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 5 da Agenda 2030 é transversal aos demais objetivos e reflete a crescente evidência de que a igualdade de gênero tem efeitos

multiplicadores no crescimento e desenvolvimento econômico de maneira sustentável, justa e solidária. Relacionado a esse objetivo, buscamos realizar nosso trabalho de observação e/ou intervenção junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Karajá I, localizado no maior bairro da Capital do Estado do Tocantins, Palmas, cuja proposta inicial foi avaliar de que maneira as ações desenvolvidas contribuem para o alcance local da igualdade de gênero e do empoderamento feminino.

A extensão compreende a articulação entre a universidade e a comunidade por meio de ações de trocas de conhecimentos e com o propósito de gerar cenários transformadores nas questões sociais e econômicas.

Assim, a origem deste projeto de extensão se deu por meio dos conhecimentos práticos e teóricos da disciplina Seminários Interdisciplinares em Desenvolvimento Regional I e II do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A partir da identificação da situação-problema obtida com a aplicação prática da ação realizada no CRAS Karajá I, onde a formação técnica foi iniciada, com a aprendizagem de métodos de corte e costura, percebeu-se a necessidade de efetuar uma ação que proporcionasse condição de continuidade e efetiva melhoria na condição socioeconômica do público atendido. Desse modo, a formação financeira foi escalonada para fazer parte do projeto.

2. Compreendendo a Agenda 2030

2.1 O que são os objetivos de desenvolvimento sustentável e as suas metas

De forma resumida, a Agenda 2030 consite num Plano Global para o Desenvolvimento Sustentável, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que tem a finalidade de erradicar a pobreza e promover vida digna para todos os habitantes do planeta (NAÇÕES UNIDAS, BRASIL, 2015).

A fim de assegurar o propósito da Agenda 2030 é necessária a compreensão de que os ODS são integrados e que não se pode optar por um ou parte deles para que o planeta e as pessoas melhorem, ou

até mesmo escolher países ou cidades em que se possam trabalhar esses objetivos. A ação deve ser universal e envolver todos os povos e nações.

A Agenda 2030 representa uma oportunidade de aproximar as pessoas em prol de um modelo de desenvolvimento sustentável inclusivo que atenda às populações presentes sem comprometer as futuras gerações (NAÇÕES UNIDAS, BRASIL, 2015).

Nesse aspecto, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente, o clima e garantir que as pessoas de todo o planeta possam desfrutar de paz e de prosperidade (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2015).

O plano global proposto pela ONU tem como lema “não deixar ninguém para trás”, pois as ações propostas devem atingir e envolver a todos nos cinco pilares dos ODS: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2015).

Assim, a cooperação é fundamental para que as propostas da Agenda 2030 sejam alcançadas e há a necessidade de mobilizar todo o planeta em busca de atitudes que contribuam para a erradicação da pobreza, a proteção ambiental e a qualidade de vida das pessoas (BRASIL/IPEA, 2018).

De acordo com a ONU (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2015), os dezessete ODS estão subdivididos em 169 metas que abrangem três dimensões:

- i. Dimensão Social;
- ii. Dimensão Ambiental;
- iii. Dimensão Institucional.

2.2 O que é caracterizado como metas em ODS?

Cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável possui diversas metas de implementação, sendo que cada um deles aponta metas macro e submetas. O Instituto de Pesquisa Aplicada (BRASIL/IPEA, 2018) assim define algumas metas:

Metas Finalísticas: são aquelas cujo objeto relaciona-se diretamente (imediatamente) para o alcance do ODS específico.

Metas de Implementação: no documento da Agenda 2030, as metas de implementação referem-se a recursos humanos, financeiros,

tecnológicos e de governança (arranjo institucional e ferramentas: legislação, planos, políticas públicas, programas etc.) necessários ao alcance dos ODS.

Segundo o IPEA (2018), de um total de 169 metas globais encaminhadas pela ONU, 167 foram consideradas pertinentes à realidade brasileira. Também observa-se que foram criadas 8 novas metas, totalizando 175 metas nacionais, sendo que 99 delas foram classificadas como finalísticas e 76 como de implementação.

2.3 A importância das parcerias para ações de desenvolvimento sustentável

As parcerias público-privadas, comumente abreviadas como PPP, são acordos firmados entre os setores público e privado para implementar e viabilizar benefícios direto ou indireto à comunidade.

O setor privado é responsável por estruturar, executar, curar e operar tudo ao longo do período de previsão para o cenário em que o Tesouro fornecer os recursos necessários.

O governo pode transferir um serviço para uma empresa privada que possa lidar mais prontamente com as atividades de construção e serviços necessários por meio de parcerias público-privadas. No entanto, a utilização dessas parcerias tem a vantagem de permitir que o Estado continue operando de acordo com as diretrizes da Lei n.º 11.079/04, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

Para o melhor alcance dos ODS é necessário cada vez mais a mobilização de recursos financeiros, negociações e articulação para promover a Agenda 2030.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 apresenta a proposta de fortalecimento dos meios de implementação dessas parcerias para o desenvolvimento sustentável. Este objetivo e alguns outros dizem respeito aos meios necessários para a realização da agenda, que exige cooperação e parcerias na mobilização de recursos, bem como a participação da ONU, do setor comercial e da sociedade civil.

2.4 Agenda 2030 e sua perspectiva nas dimensões social e econômica

Desenvolver uma nação ou empresa economicamente, proteger o meio ambiente e garantir a manutenção dos recursos naturais por gerações são todos objetivos da sustentabilidade econômica, que é um conjunto de políticas econômicas, financeiras e administrativas. Nesse intuito, é necessária a união de governos, empresas, sociedade civil, o sistema das Nações Unidas e outros atores para promover a participação global e ativa na implementação de todas as metas, bem como para mobilizar todos os recursos disponíveis.

Já no tocante à dimensão econômica, sabemos que pobreza, desequilíbrio ecológico, distribuição de renda e capital são problemas que o mundo inteiro enfrenta e que estão intervindo profunda e duradouramente no planejamento político das nações. Desde sempre, o mundo enfrenta os mais diversos conflitos sociais que se interligam entre nossas sociedades exigindo que a coletividade pense em como resolvê-los de maneira conjunta, pacífica e eficaz. Com o passar do tempo, o mundo começou a enxergar maneiras que podem solucionar os impasses das dimensões conflituosas na comunidade internacional.

A Conferência Rio-92, que gerou a Agenda 21, atrelada aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, foi significativa nesse processo de redimensionamento no qual o conceito de "desenvolvimento sustentável" começou a ser menos associado a questões meramente ambientais, passando a agregar questões relacionadas à dimensão social.

Hoje, o Desenvolvimento Sustentável é percebido como multidimensional, ou seja, envolve objetivos e metas a serem alcançados em conjunto, para resolver problemas em torno do planeta da ordem social e ambiental. É neste contexto que se pode observar o desenvolvimento da Agenda 2030 das Nações Unidas, que tem vindo a promover a solução dos múltiplos conflitos existentes.

Assim, ao falar sobre a dimensão social da Agenda 2030 e os seus objetivos em busca da prosperidade sustentável da sociedade, não poderia ficar de fora a ideia de dignidade descrita no artigo 1º da Declaração Internacional de Direitos Humanos de 1948: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos" (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 1948).

Essa compreensão da dignidade universal é o que leva nossas

sociedades a abandonar condutas sociais perversas como a escravidão, ou qualquer outro tipo de discriminação, seja por motivos sociais, étnicos, religiosos, políticos, sexuais ou de gênero.

Trabalhar os direitos humanos frente ao desenvolvimento sustentável é o grande desafio que a Agenda 2030 apresenta aos países participantes, e a ONU traz metas desafiadoras para atingir objetivos ambiciosos, tornando a dimensão social o ponto-chave da promoção da agenda. A pauta principal da dimensão social da Agenda 2030 reside em compreender a pessoa humana como sujeito de direitos, ao passo que respeitar a diversidade cultural que caracteriza o cenário global é imprescindível ao desenvolvimento sustentável e primordial à sistemática econômica mundial.

A desigualdade de renda está aumentando e essa disparidade cada vez maior exige políticas sólidas para capacitar as pessoas de baixa renda e promover a inclusão econômica de todos, independentemente de sexo, raça ou etnia. A desigualdade de renda requer soluções globais.

A Agenda 2030 e os ODS ligados à dimensão social do desenvolvimento sustentável demonstram ser imprescindíveis ao mundo, bem como a concepção do ser como sujeito de direitos políticos, sociais, econômicos e ambientais, tanto no âmbito interno como global. O respeito aos direitos humanos em todas as suas vertentes é o que poderá concretizar o progresso da sociedade. A Figura 1, consta os ODS que compõe cada dimensão do desenvolvimento sustentável.

Figura 1 - Dimensões do Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030)



Fonte: Agenda 2030 (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2015).

2.5 O papel das instituições eficazes e seus impactos em busca de uma sociedade inclusiva sustentável

O dicionário Michaelis define instituição como: "Estruturas sociais estabelecidas pelas leis fundamentais de um país, especialmente as que resultam do direito público". (MICHAELIS, 2022).

Instituições que não funcionam de acordo com a legislação ficam suscetíveis a opressões e ao abuso de poder, o que resulta em menos capacidade de entregar os devidos serviços públicos para a população e menor desenvolvimento regional.

Temos muitos exemplos disso, quando vemos que em países onde as pessoas ainda vivem em meio a constantes conflitos armados, a vida da população é muito precária, e se deve à insegurança e à realidade das formas de violência praticadas sob a mais completa omissão do Estado. Podemos citar os casos mais comuns como o do Irã, Iraque, Afeganistão e Síria, mas é importante destacar o que a ONU vem noticiando do que está acontecendo em outros países.

Violência sexual, crime, exploração e tortura também prevalecem onde há conflito ou ausência de Estado de Direito e instituições eficazes. Não podemos esperar um desenvolvimento sustentável sem paz, estabilidade, direitos humanos e governança efetiva, baseada no Estado de Direito.

Citamos como exemplo a Etiópia, onde os conflitos estão ocasionando o aumento na exploração sexual de crianças e dificultando cada vez mais a sobrevivência das mulheres. No Líbano, imigrantes da Etiópia, das Filipinas, Bangladesh e Sri Lanka que exercem trabalho doméstico estão sofrendo exploração sexual devido à falta de proteção legal do Estado. A lista é extensa, o que se deve à insegurança e à realidade das formas de violência praticadas sob a mais completa omissão do Estado.

Trazendo à situação casos próximos, podemos verificar que, na vizinha Colômbia, a ONU teve de pedir mais eficácia na proteção às crianças e aos adolescentes. Na região, muitos adolescentes são vítimas de estupro ao atravessarem a selva Darien, no Panamá, considerada a região mais perigosa da América Latina, onde o Estado

é completamente ausente, e que é muito transitada por colombianos, venezuelanos e outros latinos na tentativa de atravessar para a América Central, e até mesmo seguir para os Estados Unidos, em busca de uma vida melhor.

Fato é que muitos países enfrentam grande dificuldade de desenvolvimento por conta de constantes conflitos e um cenário de violências devastadoras. Com isso, podemos inferir também que a violência em todas as suas facetas é o reflexo preciso de instituições que não funcionam adequadamente.

No Brasil, encontramos uma situação generalizada de corrupção, sonegação fiscal, envolvimento de agentes públicos com o crime organizado, instituições pouco transparentes, efetivas, responsáveis e fracamente participantes de conselhos sociais. Aspectos que enfraquecem o Estado.

Nesse contexto, urge que problemas sociais oriundos da falta de paz, estabilidade, direitos humanos e governança efetiva sejam solucionados. Assim, faz-se necessário que medidas urgentes sejam tomadas para fortalecer as instituições incumbidas de proteger países e indivíduos em situações de maior risco (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL 2015).

O Objetivo 16 busca promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2015).

Desenvolver instituições fortes, eficazes, responsáveis, inclusivas e transparentes em todos os níveis, garantindo uma tomada de decisão participativa e representativa, é a base para o desenvolvimento humano sustentável. Este é o princípio central que sustenta as metas do ODS 16, que também inclui temas sensíveis como o combate à exploração sexual, ao tráfico de pessoas e à tortura, o enfrentamento à corrupção, ao terrorismo e às práticas criminosas, especialmente aquelas que ferem os direitos humanos (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2015).

É necessário fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a capacitação em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para prevenir a violência e combater o terrorismo e o crime. Instituições que não funcionam de acordo com a legislação ficam suscetíveis a

opressões e ao abuso de poder, o que resulta em menos capacidade de entregar os devidos serviços públicos para a população (UNESCO/BRASIL, *online*)².

2.6 ODS 5 – Igualdade de Gênero

Na Agenda 2030 o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, nos traz 9 metas para serem compridas, com 14 indicadores do monitoramento alcance dessas metas,

neles estão ações que geram garantia a melhoria de vida para as mulheres e benefícios múltiplos para o desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2015), dentre estes podemos citar:

Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;

Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;

Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;

Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres;

Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis.

3. METODOLOGIA

Buscando alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa classifica-se quanto aos objetivos como exploratória, pois, segundo Sellitz *et al.* (1965), enquadram-se na categoria dos estudos exploratórios todos aqueles que buscam descobrir ideias e intuições.

2. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expertise/culture-peace>

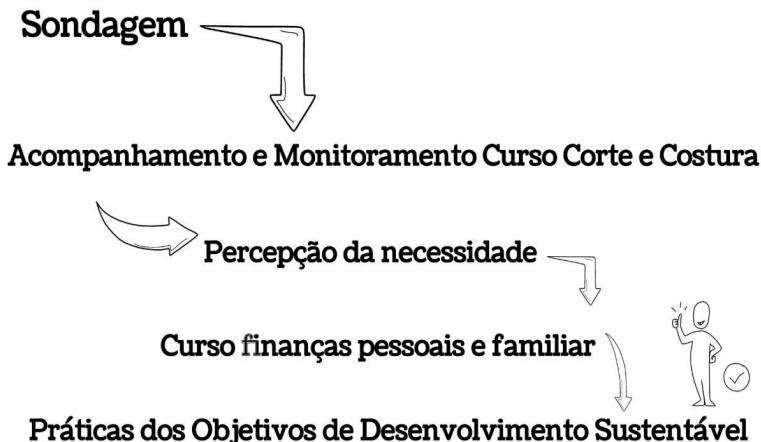
Dada a tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado, caracteriza-se como pesquisa qualitativa e visando uma pesquisa mais completa. Para complementar, foi agregada a pesquisa-ação, a qual é caracterizada por envolver o pesquisador na intervenção dentro de um problema social. Dessa forma, o pesquisador irá analisar e anunciar seu objetivo, para, assim, mobilizar seus participantes, construindo novos saberes. É através da pesquisa-ação que o orientador tem condições de refletir de forma crítica e analítica sobre suas ações (KEMMIS; McTAGGART, 1988).

Assim, este trabalho foi organizado da seguinte forma: inicialmente, a partir de uma visita de sondagem ao CRAS Karajá I, considerou-se viável trabalhar com todo o público atendido pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), com foco no desenvolvimento de senso crítico de famílias em situação de vulnerabilidade social, incentivando oportunidades de melhoria de renda e autonomia financeira capazes de gerar transformação social e econômica.

Todavia, soube-se que a Universidade Federal do Tocantins (UFT), por intermédio da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex), desenvolveria um curso de corte e costura no bojo do projeto "Qualificação e Autonomia das Mulheres no TO", voltado para as mulheres atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), naquele centro de assistência social. Assim, tornou-se oportuno acompanhar a ação, realizada em 30 de junho de 2022, e avaliar o seu impacto quanto ao alcance das metas relacionadas ao ODS 5.

Com isso, o trabalho foi dividido em duas ações voltadas à dimensão econômica da Agenda 2030. Na primeira, acompanhamos a realização de um curso profissionalizante oferecido pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex) da Universidade Federal do Tocantins (UFT); e, na segunda, após a realização de entrevistas, promovemos uma formação social, com o apoio e a parceria do Sicredi (Sistema de Crédito Cooperativo), conforme fluxo de trabalho na Figura 2.

Figura 2 - Fluxo do trabalho



Fonte: Elaboração própria.

4. ANÁLISE DE INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1 Ações desenvolvidas no CRAS do Jardim Aureny III, Palmas/TO

Inicialmente, realizamos uma visita ao CRAS do Jardim Aureny III para uma sondagem junto à população ali atendida com a intenção de direcionar a elaboração de um projeto de ação voltado a esta comunidade. Esse diagnóstico inicial permitiu otimizar a ação prevista, alinhando metodologia e objetivos com a experiência da instituição.

Figura 3 - Fachada do CRAS do Jardim Aureny III, Palmas/TO



Fonte: Acervo dos autores (2022).

As principais ações do PAIF podem ser de intervenção individual e/ou coletiva, a saber: acolhida, estudo social, visitas domiciliares, acompanhamento familiar, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e os encaminhamentos necessários.

Nesse cenário, identificamos oportuno trabalhar com o público atendido por esse serviço de assistência social, especificamente no CRAS do Jardim Aureny III, com foco no desenvolvimento do senso crítico desses atores locais, incentivando oportunidades de melhoria de renda e autonomia financeira capazes de gerar transformação social e econômica nesta comunidade.

Figura 4 - Sondagem junto à população atendida pelo CRAS do Jardim Aureny III, Palmas/TO



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Figura 5 - Apresentação da Agenda 2030 ao público atendido pelo PAIF



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Assim, após a análise da demanda da população atendida no CRAS Karajá I do bairro Jardim Aureny III do município de Palmas, Tocantins, acompanhamos a realização do curso de corte e costura, no bojo do projeto “Qualificação e Autonomiadas Mulheres no TO”, desenvolvido pela UFT, por intermédio da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex), naquele centro de assistência social.

4.2 A institucionalização da Agenda 2030 e o papel da academia

O desenvolvimento de ações locais de aceleração para implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 é uma proposta da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que busca equilibrar a urgência de medidas ousadas e transformadoras para a sustentabilidade global, com a integração

econômica, social e ambiental dessas medidas.

A Agenda 2030, que contém os 17 ODS e suas 169 metas, desafia os países integrantes desta rede global a serem ambiciosos e inovadores na busca de soluções que estabeleçam meios inclusivos, eficientes e transparentes, com vista a torná-la uma realidade, especialmente ao nível local.

A ONU Brasil reconheceu que, para a implementação da agenda, teremos de assegurar os direitos humanos e reduzir as desigualdades.

O projeto “Qualificação e Autonomia das Mulheres no TO”, de iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex/UFT), com o apoio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, promoveu, em 30 de junho de 2022, um curso de corte e costura no CRAS do Aureny III, tendo como público as mulheres da comunidade local atendidas pelo PAIF, conforme banner do projeto Proex/UFT (Figura 6).

Figura 6 - Banner do Projeto Proex/UFT



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Tivemos a oportunidade de acompanhar a ação e avaliar o seu alinhamento com a Agenda 2030, especialmente os ODS 5 e 16. Também definimos um cronograma de ações com a finalidade de avaliar metodologicamente de que forma a participação no curso contribuiu para a autonomia econômica das participantes.

Figura 7 - Turma do curso de corte e costura



Fonte: Acervo dos autores (2022)

Figura 8 - Alunas do curso de corte e costura



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Diante disso, o trabalho foi dividido em duas ações voltadas à dimensão econômica da Agenda 2030. Na primeira, acompanhamos a realização de um curso profissionalizante oferecido pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex) da Universidade Federal do Tocantins (UFT); e, na segunda, promovemos uma formação social com o apoio e a parceria do Sicredi (Sistema de Crédito Cooperativo). Com o objetivo de acelerar a implementação da agenda na dimensão econômica em escala local e promover a aproximação entre setor público e privado, buscamos a parceria do Sicredi, para juntos promovermos um evento de educação financeira voltado ao público atendido pelo PAIF no CRAS do Aureny.

4.3 Parcerias como mecanismo primordial para a implantação da Agenda 2030

A partir desse monitoramento e entrevista com as participantes, nós, os autores, propusemos uma ação de cunho educativo-financeiro para o mesmo público atendido no CRAS Karajá I.

Aplicamos as entrevistas com as participantes buscando entender de que forma poderiam auxiliar o público atendido em um processo contínuo de aprendizagem e melhoria na aplicação do conhecimento obtido. Houve também uma vivência com estes nas reuniões realizadas pelo CRAS, em um processo harmonioso e de

ganha-ganha, com troca de experiências, conforme Figura 9.

Figura 9 - Entrevista e interação com o público atendido/autores



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Com os dados obtidos, buscou-se, então, a parceria do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), unidade de Palmas, para uma formação social em educação financeira para as mulheres participantes do curso de qualificação em corte e costura. A unidade, situada em Palmas, consistiu em importante parceria privada na formação realizada no dia 26 de agosto de 2022.

Com o tema "Educação Financeira para Famílias Atendidas pelo PAIF", a palestra foi realizada e teve uma grande participação do grupo atendido, conforme mostra a Figura 10.

Figura 10 - Evento "Educação Financeira para Famílias Atendidas pelo PAIF" no CRAS do Jardim Aureny III, Palmas/TO



Fonte: Acervo dos autores (2022).

A formação abordou temas ligados às finanças pessoais e familiares, aumento de renda, conscientização sobre gastos e controle de despesas, respeitando a realidade local e estimulando a sociedade civil à criação e adoção de mecanismos de redução de desigualdades e mitigação da pobreza por meio do acesso à educação — ações promovidas para também levar a uma conscientização econômica e financeira de mulheres em situação socioeconômica de vulnerabilidade. O que foi feito graças às parcerias de instituições públicas e privadas que buscam realizar a implementação da agenda mesmo com dificuldades e obstáculos.

Figura 11 - Equipe executora do evento “Educação Financeira para Famílias Atendidas pelo PAIF”



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Figura 12 - Brindes e coffee break oferecidos aos participantes



Fonte: Acervo dos autores (2022)

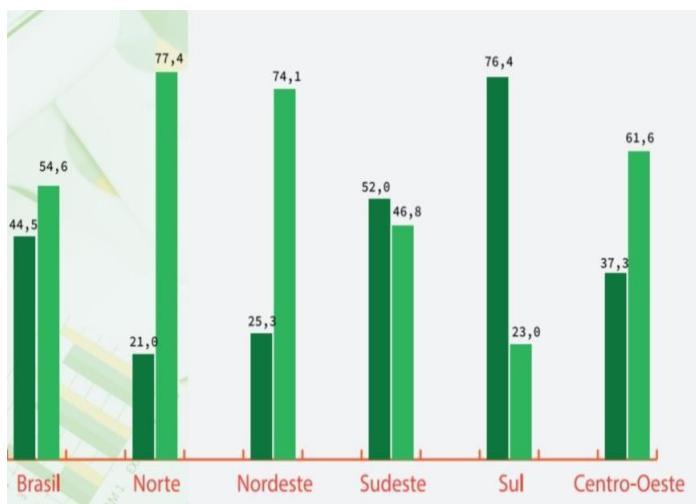
4.4 Maneiras de interligar a Agenda 2030 com as demandas sociais

Nesse contexto, destacamos que o esforço de alcance do ODS 5 é transversal a toda a Agenda 2030 e reflete a crescente evidência de que a igualdade de gênero tem efeitos multiplicadores no

desenvolvimento sustentável, incluindo nas áreas de saúde, educação e trabalho.

Mas por que esse ODS é tão relevante? Trazendo essa questão para nossa realidade local, temos que nosso país tem sido palco de intensas mudanças demográficas, econômicas e políticas. A dinâmica populacional revela variações no tamanho da população brasileira, caracterizada por uma evidente redução nas taxas de natalidade. Além disso, nas décadas recentes, o processo de transformação social resultante da urbanização e industrialização refletiu amplamente a realidade social, em particular as condições de vida das mulheres brasileiras, sendo que hoje temos mais mulheres do que homens, conforme revela o gráfico a seguir.

Gráfico 1 - População residente, distribuição percentual por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões



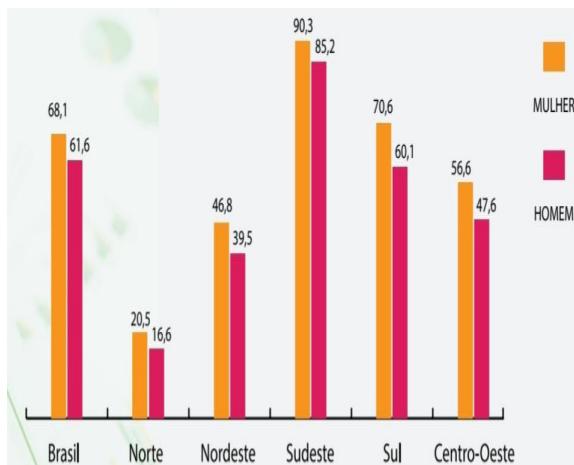
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (BRASIL/IBGE, 2017).

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano. (1) Inclusive raças indígena, amarela e não informada.

Outro indicador importante a respeito da organização familiar da estrutura demográfica brasileira encontra ênfase na incidência mais comum de famílias chefiadas por mulheres, conforme Gráfico

2, que se refere aos domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino, total e percentual, por cor ou raça e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2017.

Gráfico 1 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, segundo as Grandes Regiões



Fonte: IBGE (2019).

Segundo estes dados do IBGE, são as mulheres, e em especial as chefes de família, que já representam 50% dos domicílios no Brasil – índice que só tende a crescer, o que em nossa experiência local foi comprovado, uma vez que a maioria do público atendido pelo PAIF no CRAS são mulheres chefes de famílias.

Estas são situações em que as famílias são chefiadas por mulheres em diferentes momentos em que o parceiro está ausente ou a viver junto, mas não com os encargos como participante dela. Também podem ser viúvas, separadas, divorciadas com dependentes ou mães solteiras que são as provedoras do lar, que devem assumir o papel de mãe e pai. Existe, ainda, outro grupo de mulheres que têm companheiro fixo, mas que prestam ajuda quando o companheiro não está trabalhando, desempregado, doente ou inválido.

Contudo, pesquisas mostram que, mesmo que estejam sustentando sua família, as mulheres ganham cerca de 27% menos que os homens. É aí que reside a relação da política com a estrutura dessas mulheres, que devem buscar respostas e intervir nas questões sociais e populacionais. Falamos da necessidade de fortalecer essas

ações não apenas como meio de distribuição de *voucher* para essas mulheres. Há, portanto, uma urgência latente em oferecer, sim, condições para que todos tenham condições profissionais e pessoais para buscar seu próprio rendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que as duas ações avaliadas contribuíram positivamente para o alcance, em escala local, das metas da Agenda 2030 relacionadas ao ODS 5, tendo em vista que possibilitou maior empoderamento e autonomia financeira para as mulheres envolvidas.

As ações monitoradas focaram não apenas na organização e autonomia financeira das participantes, mas contribuíram para a elevação da autoestima de muitas mulheres e até mesmo exerceram uma espécie de função terapêutica para algumas delas, ao passo que lhes permitiu engajamento social, sentimento de utilidade e pertencimento.

A promoção do empoderamento de todas as mulheres e meninas é fundamental para que possam atuar enfaticamente na promoção do desenvolvimento sustentável, por meio da participação igualitária na economia, na política e em diversas áreas de tomada de decisão.

O presente estudo demonstrou que capacitar mulheres ajuda no crescimento e desenvolvimento econômico. O desenvolvimento sustentável não será alcançado se todas as barreiras que impedem o pleno desenvolvimento e exercício das capacidades de metade da população – as mulheres – não forem eliminadas, sobretudo as discriminações e violências baseadas no gênero.

Sabemos que é essencial que haja esforços e ações conjuntas entre organizações de todos os setores para atender desafios econômicos e sociais para o atingimento dessas metas. Contudo, o estudo permite refletir que, se cada um de nós estiver com a intenção de realizar situações que permitam a redução da desigualdade de gênero e o combate a todas as formas de discriminação de mulheres e meninas, contribuiremos positivamente para um futuro economicamente sustentável, ao passo que as ações de qualificação e autonomia feminina logram bons resultados quando a mulher se encontra inserida em um contexto de respeito, paz e segurança.

REFERÊNCIAS

BRASIL/IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua.** 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 12 maio 2023.

BRASIL/IPEA. **AGENDA 2030: ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 2018. Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bits-tream/11058/8855/1/Agenda_2030_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf. Acesso em: 2 set. 2022.

BRASIL. PLANALTO. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm. Acesso em: 12 maio de 2023.

BRASIL/IPEA. **Agenda 2030:** Indicadores Brasileiros para os objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: IBGE; SEAS, [2022].

KEMMIS, S.; McTAGGART, R. **Cómo planificar la investigación-acción.** Barcelona: Laertes, 1988.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa.** Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 10 set. 2022.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável .** [S.I.], 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel> Acesso em: 23 jun. 2022.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (DUDH). 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 maio de 2023.

SCHARF, R. **Manual de negócios sustentáveis.** São Paulo: Amigos da Terra/FGV/GVces, 2004.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais.** São Paulo: Herder, 1965.

UNESCO/BRASIL. **Cultura de paz no Brasil.** Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expertise/culture-peace>. Acesso em: 12 maio 2023.

CAPÍTULO IV

AGENDA 2030 E A SUA APLICABILIDADE NA JUSTIÇA ELEITORAL

*Ana Paula Biage Barboza
Ethienne Guinever Santos Milhomem*

1. Introdução

Em setembro de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou um plano global com a finalidade de erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. O plano resultou na criação de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2015).

Vale ressaltar que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são metas traçadas para orientação dos países no desenvolvimento de forma plena e sustentável, ou seja, crescimento econômico e social, mas sem danificar o meio ambiente e sem deixar ninguém para trás (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL/PNUD, 2021 p. 53).

Nesse aspecto, o Programa das Nações Unidas (PNUD) propõe um caminho para alcance exitoso da Agenda 2030: primeiramente, aponta o conhecimento por todos da importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ainda, o comprometimento no planejamento inclusivo dos mais diversos setores, tais como governos nacionais e subnacionais, organizações da sociedade civil, empresas, universidades e população em geral, e por fim, o monitoramento das atividades desempenhadas para melhor alocação de recursos humanos e financeiros e resiliência (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL/PNUD, 2021).

Diante disso, busca-se demonstrar que, para implementação dos ODS e institucionalização da Agenda 2030, são imprescindíveis a

interação entre governos, sociedade civil (todos setores) e organismos internacionais, sinergicamente.

Assim, o ODS 17, ao buscar o fortalecimento dos meios de implementação para revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, também indica caminhos para a promoção e integração dos ODS de forma a trabalhar articulamente por todos os países. Para tanto, a existência de mecanismos recursos financeiros, humanos, tecnológicos e de informação e instrumentos de gestão são necessários para implementar a Agenda 2030.

Logo, para mudar nosso planeta para um caminho de desenvolvimento sustentável e garantia do mínimo existencial para atuais e futuras gerações, é indeclinável um pacto intra e intergeracional, a parceria entre governos, setor privado, sociedade civil e cidadãos, assim, pode-se almejar um planeta melhor para as gerações futuras.

Nestes termos, o objetivo deste trabalho visa apresentar o resultado do trabalho de experiência do projeto de extensão da Universidade Federal do Tocantins, intitulado: Curso Assessores Populares em ODS – práticas e localização, onde as autoras elaboraram uma proposta de ementa e atuaram como cursistas com o tema: “Mobilização e institucionalização da Agenda 2030”, com o intuito de formar multiplicadores em sustentabilidade ambiental, propiciar, aos que receberem a qualificação, o conhecimento básico teórico-prático sobre a Agenda 2030, desenvolver na sociedade o espírito reflexivo e crítico, estimular a consciência cidadã e despertar na sociedade interesse em participar democraticamente dos planos e dos projetos locais para o desenvolvimento sustentável.

Para tanto, a pesquisa foi dividida em três momentos: i) a consolidação do conhecimento sobre caminhos para implementação dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) a partir da identificação de experiências práticas; ii) a instigação da população para participar da democracia comunitária, por meio da institucionalização da Agenda 2030; e por fim, iii) a descrição, discussão e a dedução sobre as ações empenhadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins na consecução da prosperidade e o bem-estar de todos, bem como proteção do meio ambiente.

Com isso, buscou-se demonstrar que com a aplicação dos ODS, almeja-se melhoria das oportunidades, estimulando o ser humano

para alcançar a liberdade por meio de um crescimento mais favorável, com qualidade de vida e renda, em uma abordagem integrativa de desenvolvimento, com viabilidades sociais mais igualitárias e justas, promovendo autonomia, inclusão e diversidade (SEN, 2010).

2. Entendendo e produzindo mecanismo para a aplicabilidade da Agenda 2030

O objetivo deste capítulo é apresentar uma pesquisa realizada na disciplina Seminários Interdisciplinares em Desenvolvimento Regional (I e II) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT).

Vale ressaltar que uma pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema. E, ao realizar uma pesquisa científica, faz-se necessário estabelecer claramente quais são os procedimentos metodológicos que serão utilizados (GIL, 2002).

Observando os conceitos de Richardson *et al* (1999, p. 22), constata-se que “método é o caminho ou a maneira para se chegar a determinado fim ou objetivo, e metodologia são os procedimentos e regras utilizadas por determinado método”.

Diante disso, percebe-se que ao realizar uma pesquisa científica faz-se necessário estabelecer claramente quais são os procedimentos metodológicos que serão utilizados.

Assim, delimita-se, essa pesquisa sob três enfoques (objeto, abordagem e procedimentos).

Do ponto de vista do objeto, o trabalho se baseou na pesquisa exploratória-descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, e tem como procedimentos técnicos de estudo, a pesquisa bibliográfica, estudo de caso e pesquisa-ação.

Segundo Gil (2002, p.41) pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, podendo assumir forma de levantamento bibliográfico e estudo de caso. O mesmo autor (2002), ressalta que o estudo descritivo tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população

ou fenômeno, o estudo do nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, o levantamento de opiniões, atitudes, crenças de uma população.

Desta forma, pode-se enfatizar que a pesquisa exploratória-descritiva em comento está ancorada sob três pilares: i) o levantamento de problemas na implementação dos ODS e institucionalização da Agenda 2030 (pesquisa bibliográfica); iii) o acompanhamento de quatro programas de inclusão sociopolítica em andamento no Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins - o Plano de Logística Sustentável, o projeto + Mulher + Democracia, o projeto Agentes da Democracia e o projeto Eleições Sem Sujeira, que já estão implementando os ODS a nível local (estudo de caso); e, não menos importante, iii) a extensão do resultado levantado com exposição do seminário (pesquisa-ação).

Já em relação a abordagem da pesquisa, usamos os dois parâmetros: o qualitativo e o quantitativo, este, prioritariamente, no estudo de caso (levantamento de dados numéricos na racionalização de gastos públicos e gestão sustentável), aquele, tanto na pesquisa bibliográfica (caminhos para implementação dos ODS), no estudo de caso (monitoramento e análise da qualidade das políticas desenvolvidas pelo órgão) e seminário (sensibilização na promoção da institucionalização da Agenda 2030). Pode-se visualizar melhor o objeto deste estudo por meio da Figura 1.

Figura 1: Intersecção do objeto de pesquisa em estudo



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Entretanto, não basta a eleição de melhores métodos de pesquisa, é imprescindível, a harmonia, entre a ciência e os aspectos subjetivos do objeto de estudo, é o que enfatiza Tozoni-Reis (2010) que o desafio do processo científico não está somente nas escolhas dos aspectos prático-metodológicos, mas nos aspectos propedêuticos.

Nestes termos, para suplementação dos métodos de pesquisas científicas usuais (bibliográficos, estudo de caso e ação), a pesquisa, em comento, orientou-se, também, por aspectos sociais, políticos e culturais (conscientização, participação e mobilização social), justificado em dois enfoques: o papel das universidades na implementação dos ODS por meio das parcerias intersetoriais e a indispensabilidade dos atores sociais e estatais para efetiva institucionalização da Agenda 2030.

3 Idenfificando demandas e mostrando caminhos para institucionalização da Agenda 2030

3.1 Mobilização e Institucionalização da Agenda 2030

Mobilização social é uma organização de um grupo de pessoas que busca atender a uma necessidade ou um objetivo específico, também, pode ser caracterizada como ação coletiva em prol de um interesse em comum.

Mobilizar é articularativamente, é tornar móvel algo que está preso, é acionar, mover (PORTUGAL/PRIBERAN, *online*).

Segundo Toro (2004), mobilização social é uma forma de construir na prática o projeto ético proposto na Constituição Federal do Brasil: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.

A mobilização é uma aprendizagem, é um processo de construção e viabilização de soluções para os problemas.

Para Mafra (2010) mobilização social seria a potencialidade de agir no mundo, sendo capaz de se reconhecer numa coletividade, compartilhando junto aos seus semelhantes: desejos, sentimentos e ações, na tentativa de construir uma vida que lhe dê liberdade e autonomia.

Continua o autor, mobilizações sociais do tipo emancipatórias, ou seja, que se norteiam por princípios de autonomia e participação,

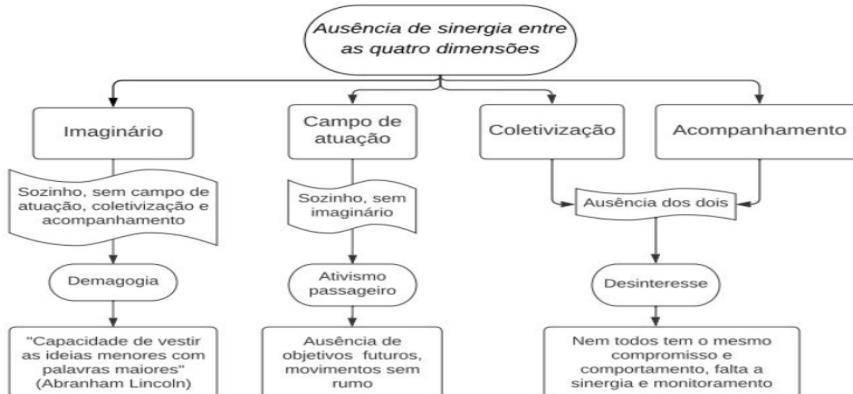
no sentido de constituir sujeitos capazes de interferir no mundo e construir a própria realidade (MAFRA, 2010). Assim, é compreendida como um processo político essencial numa sociedade democrática (MAFRA, 2010).

O termo mobilização social designa os movimentos das redes orientados pela ação política e cívica. Seu uso está diretamente ligado à emergência de sociedades democráticas e à noção de cidadania (XAVIER e FARIA, 2015).

Nesse sentido, toda mobilização é para conquistar alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância daquilo que convém a todos (TORO E WERNECK, 2004).

Posteriormente, os mesmos autores, Toro e Werneck (2004) estabelecem quatro dimensões básicas de um processo de mobilização social: i) o imaginário (forma de futuro por construir, fonte de hipóteses para ação e o pensamento, horizonte perceptível); ii) o campo de atuação (descoberta de como pode e quer participar e contribuir para que os objetivos sejam alcançados); iii) a coletivização (sentimento e certeza de que aquilo que eu faço, no meu campo de atuação, está sendo feito por outros, da minha mesma categoria, com os mesmos propósitos e sentidos); e, o iv) acompanhamento (critérios e indicadores que permitem a avaliar, direcionar e mensurar o campo de ação do movimento em relação à direção desejada). Todas as quatro dimensões devem ser construídas e operadas, simultaneamente, conforme Figura 2.

Figura 2: Consequências da ausência de sinergia entre as quatro dimensões



Fonte: Elaborado pelas autoras baseado nas informações de TORO e WERNECK (2004).

Em suma, o imaginário sozinho, sem campo de atuação, coletivização e acompanhamento acarreta ideias desorganizadas sem ação. O campo de atuação sozinho gera um ativismo sem ideias e continuidade. A ausência de coletivização e acompanhamento, há ideias e tem ativismo, todavia, desorganizado, sem pressuposto e monitoramento.

Para complementar, a mobilização não se fundamenta em apenas um pressuposto, como condição intrínseca e essencial de um processo de mobilização, ela vai além do resultado desejado e esperado, chegando a construir uma ordem social. Nestes termos, não é possível falar em mudanças sem a participação ativa de toda a sociedade. Uma sociedade é democrática e produtiva quando todos os que dela participam podem fazer competir organizadamente seus interesses e projetar novos futuros (TORO E WERNECK, 2004).

Rachel Dodge (2019), Procuradora-Geral da República, em 2019, em discurso no 1º Encontro Ibero-Americanano da Agenda 2030 no Poder Judiciário, argumentou que a democracia não é uma obra do acaso, gerada espontaneamente. Ao contrário, depende de muito esforço, trabalho e discernimento. A eficiência da proteção a bens jurídicos fundamentais à democracia, é uma medida inédita e concreta no caminho de construir uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, de eliminar desigualdades regionais, e de proteger direitos fundamentais, sem o que não há verdadeira democracia.

Toro e Werneck (2004) ressaltam que não se faz mobilização social com heroísmo. As mudanças são construídas no cotidiano por pessoas comuns, que se dispõem a atuar coletivamente, visando alcançar propósitos compartilhados.

Desse modo, para cumprimento da verdadeira democracia, é importante enaltecer a mobilização macrossocial com o fim mediato na construção da ordem social, do Estado Democrático de Direito, da Justiça Social, do desenvolvimento limpo e sustentável; não distanciando de seu fim imediato, a mobilização centrada em acreditar que existe sempre alguma coisa que uma pessoa pode fazer para que os objetivos sejam alcançados e que todos têm como e porque participar.

E o que é mobilização para implementação dos ODS? Como

mobilizar para implementá-los? Será possível sensibilizar a sociedade para mobilização sinergicamente? Qual a relação entre mobilização e implementação dos ODS?

Preliminarmente, vale ratificar que ao pensar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é importante lembrar sempre que eles são metas traçadas para os países se desenvolverem de forma plena e sustentável, ou seja, com crescimento econômico e social, mas sem danificar o meio ambiente e sem deixar ninguém para trás (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL/PNUD, 2021). Os ODSs foram construídos para todos, envolvendo tanto países desenvolvidos e em desenvolvimento, englobando ainda, todos os atores, governo, sociedade civil, setor privado e academia (BAIONI, 2019).

Segundo o Guia de Identificação de Aceleradores para o Progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/PNUD, nesse processo, é preciso que esses objetivos e metas, traçados na Agenda 2030, sejam conhecidos por todas e todos e entrem no planejamento dos mais diversos setores, tais como governos nacionais e subnacionais, organizações da sociedade civil, empresas e universidades.

O Guia do PNUD (2021) alerta, também, da importância do conhecimento dos indicadores sociais, econômicos e ambientais locais, avaliar quais são suas prioridades e planejar programas, projetos e ações adequados, firmar parceria, executar e monitorar.

E finaliza, estas estratégias para alcançar de forma mais eficiente e mais rápida os ODS são chamadas de Aceleradores. Acelerador é a política de desenvolvimento e/ou área programática chave que pode desencadear o desenvolvimento de forma mais rápida e efetiva, contribuindo para o alcance de metas de diversos ODS ao mesmo tempo (Nações Unidas/Brasil/PNUD, 2021).

De forma resumida o texto deste guia, o primeiro, e um dos mais importantes aceleradores, é a parceria de governos, setor privado, sociedade civil e cidadãos para garantir que deixamos um planeta melhor para as gerações futuras. A sinergia é imprescindível para se alcance da sustentabilidade; seguida da transparência dos compromissos assumidos e participação efetiva dos governos locais, organizações da sociedade civil e empresas é essencial para a implementação de muitas metas ODS; e por fim, o monitoramento, seguido de resiliência, sendo que, é o processo sistemático de

monitoramento e avaliação das ações planejadas que vai sinalizar em que medida os mecanismos de parcerias implementadas estão contribuindo para a realização de políticas públicas integradas e voltadas para o alcance dos ODS. Para reforçar as palavras do guia, Rosa e Lucchese (2020) esclarece que a implementação dos ODS e o atingimento das suas metas são desafios que dependem do empenho conjunto e atuação de todos: governo, que tem função primária e crucial, já que desenvolve políticas públicas de desenvolvimento; sociedade civil; setor privado; academia e, inclusive, cidadãos.

Da mesma forma Minillo e Lima (2019), enfatiza que a ambição da Agenda 2030 sublinha a necessidade de uma abordagem sinérgica e integral de questões que são constatadas em todas as escalas geográficas, e cuja responsabilidade compete a atores tanto de caráter público quanto privado.

Nessa mesma obra, Menezes (2019), continua salientando que a agenda 2030 estabelece em seu conteúdo – seus objetivos e metas – uma referência global de desenvolvimento para os países, organizações internacionais, sociedade civil, empresas e demais atores. Esse documento, dá ênfase em políticas voltadas às populações e grupos sociais mais vulneráveis e na redução das desigualdades de renda e de oportunidades, além do compromisso com a igualdade de gênero, reforçando um lema fundamental dos ODS – promover o desenvolvimento sem deixar ninguém para trás.

Entretanto, isso demandará um amplo esforço coletivo, reformas políticas e institucionais para garantir o alinhamento de políticas e práticas ao alcance dos ODS, e principalmente, o acompanhamento e o monitoramento das iniciativas, ações e políticas adotadas pelos países, esses são o outro tipo de compromisso imprescindível que a sociedade precisará assumir caso deseje realmente transformar a Agenda 2030 em realidade.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2016) reforça e sintetiza que para a implementação da Agenda 2030 é preciso construir novas alianças, mais solidárias e equitativas, no plano internacional e dentro de cada país, com formulação de políticas, integrais, universais e indivisíveis, com a participação cidadã e apropriação social, indissociável do monitoramento e avaliação de impacto das políticas, que permitam reforçá-las, modificá-las ou extinguí-las de acordo com o diagnóstico de seus resultados,

principalmente perante o dinamismo do contexto internacional e das realidades distintas dos países.

3.2 Mobilização e institucionalização da Agenda 2030 no Judiciário Brasileiro

O Poder Judiciário brasileiro é um dos precursores na institucionalização da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) no Planejamento Estratégico, registrando os objetivos de desenvolvimento sustentável como meta a ser alcançada (BOCHENEK, ZANONI, 2018; BRASIL/CNJ, 2019, *online*).

Assim sendo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem atuando de forma singular com relação à incorporação da Agenda em suas diretrizes internas, com o plano de envolver todos os tribunais do país, com o compromisso de implementar de forma efetiva os ODS nas instituições, com unidade de propósitos e garantia de união de esforços para sensibilização e capacitação dos operadores do direito, servidores e equipes técnicas (DA ROSA; LUCCHESE, 2020).

Para melhor entendimento do compromisso do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na implementação da Agenda 2030, é imperioso destacar, que a posse na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2018, do ministro Dias Toffoli, e a sensibilização com a ideia, da Conselheira Maria Tereza Uille Gomes, de incluir o tema da Agenda 2030 no Poder Judiciário foram o pontapé inicial desta jornada. Posteriormente, a instituição do Comitê Interinstitucional destinado a avaliar a integração das metas do Poder Judiciário às metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); a assinatura do Pacto pela Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 no Poder Judiciário e no Ministério Público; e a criação de Laboratórios de Inovação, Inteligência e ODS (LIODS), visam propor políticas, monitorar ações relativa a Agenda 2030 e ODS e coordenar o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) foram propulsores na implantação e institucionalização da Agenda 2030 (BRASIL, CNJ, *online*).

Bochenek e Zanoni (2018) ratificam que o LIODS é percebido como um espaço de pesquisa e participação cidadã na busca de

melhorias na gestão da justiça, solucionando problemas a partir da inovação, estratégias e inteligência artificial.

Em meados de 2021, o então presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, fez a abertura do 3º Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário, na modalidade remota, relembrando o papel inovador dos tribunais do país de buscar colocar em prática os ODS.

Diante dessas ações promovidas pelo CNJ, todas estão alinhadas, genérica e principalmente, a dois objetivos de desenvolvimento sustentável: o ODS 16 – paz, justiça e instituições eficazes – e o ODS 17 – parcerias e meios de implementação.

Em relação ao ODS 16, promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, ao acesso à justiça para todos e à construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, a redução da corrupção e do suborno em todas as formas, o fortalecimento e desenvolvimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a garantia de decisões políticas, inclusivas, responsáveis e participativas e o direito ao acesso público às informações (BOSSI E FIALHO, 2021).

A participação do Poder Judiciário nas discussões sobre a implementação da Agenda 2030 se justifica na medida em que a promoção da Justiça, paz e instituições eficazes (ODS 16) passa a ser requisitada e mensurada, elemento essencial à verificação do cumprimento da Agenda Global pelo Brasil.

Nesse sentido, o ODS 17 contempla a viabilização da execução de projetos e soluções de questões sistêmicas para o desenvolvimento sustentável, pontuado na relevância no compartilhamento de conhecimentos, expertise, tecnologias, e por fim, de suma importância para efetividade de instituições eficazes, o monitoramento e a prestação de contas, que visam melhorar a capacidade técnica dos países em desenvolvimento (MINILLO E LIMA, 2019).

Entretanto, considerando a transversalidade nata dos ODS, não há como se falar em justiça e instituições eficientes (ODS 16), sem tampouco abordar a coordenação, instituição de parcerias e a coerência de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (ODS 17), pois, para o alcance de uma educação de qualidade (ODS 4) e redução significativa da desigualdade (ODS 5) é inevitável a promoção de parcerias e instituições eficazes. Conjuntamente, instituições

eficazes (ODS 16) são atreladas à igualdade de gênero (ODS 5), à energia limpa (ODS 7), ao consumo e produção responsáveis (ODS 12) e à saúde e ao bem-estar (ODS 3), dentre outros.

Para finalizar, GOMES *et al.* (2016) sugere o *follow-up* do ODS 16 (Paz e Justiça) em busca de instituições transparentes, eficientes e responsáveis (basicamente consignado nas metas 16.5, 16.6 e 16.7), indissociavelmente, à coordenação e à coerência de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável que estão contempladas no ODS 17 (Parcerias pelas Metas), em particular as metas 17.13 e 17.14.

3.3 Institucionalização da Agenda 2030: uma experiência da Justiça Eleitoral do Tocantins

Neste cenário de institucionalização da Agenda 2030 pelo judiciário brasileiro, vale demonstrar que a Justiça Eleitoral do Tocantins, mesmo antes CNJ começar a integrar as metas do Poder Judiciário às metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), já vinha projetando ações socioambientais com o objetivo de promover a conscientização, interna e externa, para cuidados com o meio ambiente, a racionalização dos gastos públicos, o combate ao desperdício, a promoção da gestão adequada dos resíduos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho (BRASIL/TRE/TO, *online*).

Na vanguarda, em 2010 foi publicado o primeiro Programa da Agenda Ambiental da Justiça Eleitoral do Tocantins, para cumprimento no período 2011 a 2014, com base na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), programa do Governo Federal, instituído pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que visa inserir a variável ambiental nas atividades administrativas e operacionais dos órgãos públicos (BRASIL/TRE/TO, *online*).

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa que visa implantar a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública, em cinco eixos temáticos prioritários da A3P – uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores e licitações sustentáveis (BRASIL, MMA, *online*).

Com a Resolução CNJ nº 201/2015, o CNJ dispôs sobre a implantação dos Planos de Logística Sustentável (PLS) com indicadores mí nimos para avaliação do desempenho ambiental e econômico da instituição. O PLS, trata-se de uma ferramenta de gestão que se encontra alinhada ao Planejamento Estratégico do TRE-TO, com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos e execução estabelecidos, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados que permitem estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade no trabalho (BRASIL/TRE/TO, *online*).

O PLS vem impactando positivamente na gestão do órgão. Os relatórios de desempenho da Justiça Eleitoral do Tocantins apontam que as ações implementadas têm promovido conscientização para a conservação do meio ambiente, consumo consciente de clientes, internos e externos, considerável redução dos gastos públicos, otimizado as ações de inclusão social, por meio de parcerias com associações e cooperativas locais para a destinação correta de resíduos sólidos, promovido saúde e bem-estar (BRASIL/TRE/TO, *online*).

Didaticamente, dividiu-se ações sustentáveis do órgão em 5 temáticas: racionalização de gastos públicos, conscientização de práticas sustentáveis, gestão de resíduos sólidos, qualidade de vida, e inclusão social.

Quanto a racionalização dos gastos públicos, os resultados referentes ao ano de 2021 demonstram o consumo de bens e de recursos financeiros em comparação ao ano de 2019 apresentaram uma economia expressiva. De todos os 13 eixos temáticos apresentados pelo órgão no Relatório de Desempenho Socioambiental, em 7 desses eixos, restou demonstrada a racionalização de gastos públicos e a promoção de práticas sustentáveis.

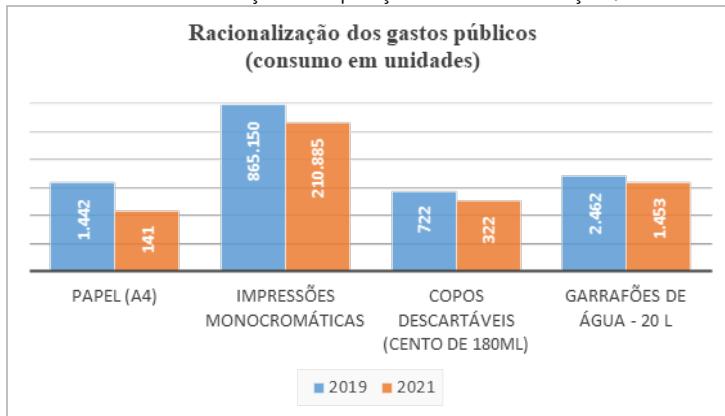
Os gráficos abaixo fazem um comparativo entre os anos de 2019 e 2021, anos não eleitorais, os anos ímpares e pares são analisados em seus pares, conjuntamente, para razoável aferição, uma vez que em anos eleitorais há um expressivo aumento dos gastos públicos.

Com a mensuração dos dados dos indicadores, demonstrados no Relatório de Desempenho Socioambiental, foi possível observar uma economia expressiva total nos gastos públicos estimada em R\$ 632.465,17 (seiscentos e trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta e cinco mil e dezessete centavos), que se deve, muito, em decorrência

da pandemia (adoção do teletrabalho), conforme dados dos gráficos abaixo (BRASIL, TRE-TO, 2021):

Os dois primeiros gráficos apresentam a economia na aquisição de bens e produtos. Essa racionalização se refere a alguns motivos que serão expostos a seguir. Primeiramente, da adoção do teletrabalho, em decorrência da Pandemia COVID-19. Adicionado a adoção de ilhas de impressão por andar, com redução da quantidade de impressoras e implantação da ferramenta *PaperCut* para controle de impressões por usuário (papel A4 e impressão); restrição de copos descartáveis, somente, a visitantes, aos servidores são fornecidos copos de vidro e xícaras de louça para o uso diário; foram instalados oito filtros de água de parede no ano de 2021, diminuindo o consumo de água envasada.³ Os gráficos, abaixo, fazem uma relação entre consumo de alguns produtos e serviços de 2019 e 2021, confirmando que houve uma racionalização dos gastos públicos.

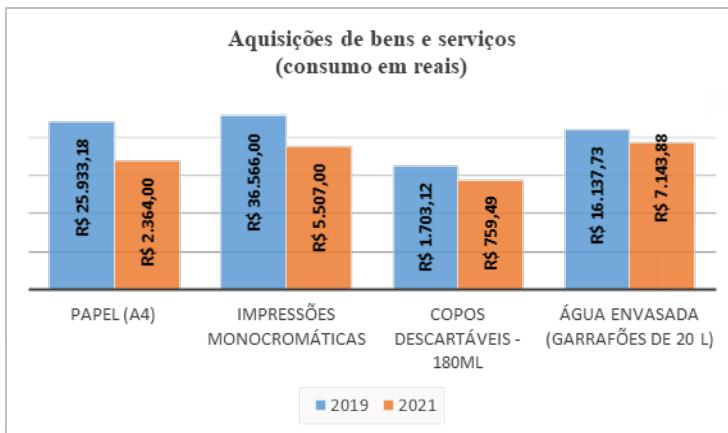
Gráfico 1: Racionalização na aquisição de bens e serviços (unidades)



Fonte: Elaborado pelas autoras baseado no Relatório de Desenvolvimento Sustentável do TRE-TO (2021, 2022).

Gráfico 2: Racionalização na aquisição de bens e serviços (reais)

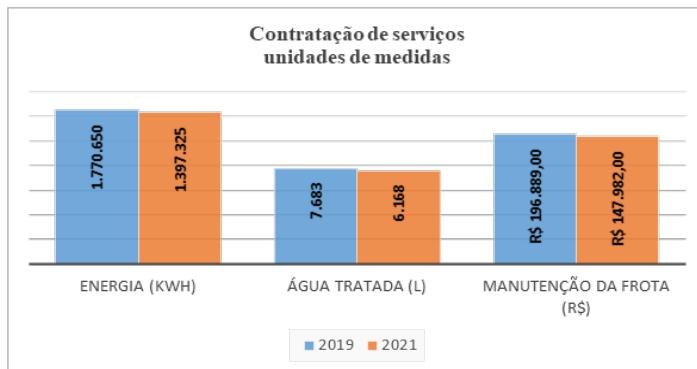
3. TRE-TO. Relatório de Desempenho Socioambiental: Ano base 2021, ano de referência 2019, 2021.



Fonte: Elaborado pelas autoras baseado nas Relatório de Desenvolvimento Sustentável do TRE-TO (2021, 2022).

Os gráficos a seguir demonstram a economia no consumo de água encanada e energia elétrica, justificando para tanto, o teletrabalho em tempos de Pandemia da COVID-19, agregada à substituição das lâmpadas fluorescentes por mais econômicas, às usinas fotovoltaicas com de desempenho de energia solar de 8,8%, instaladas em 2019, à substituição das torneiras tradicionais pelas torneiras com temporizador, e principalmente, aos programas de manutenção preventiva e corretiva e campanha de conscientização para o uso racional de água e energia.

Gráfico 3: Racionalização na contratação de serviços (unidades de medida)



Fonte: Elaborado pelas autoras baseado nas Relatório de Desenvolvimento Sustentável do TRE-TO (2021, 2022).

Gráfico 4: Racionalização na contratação de serviços (reais)

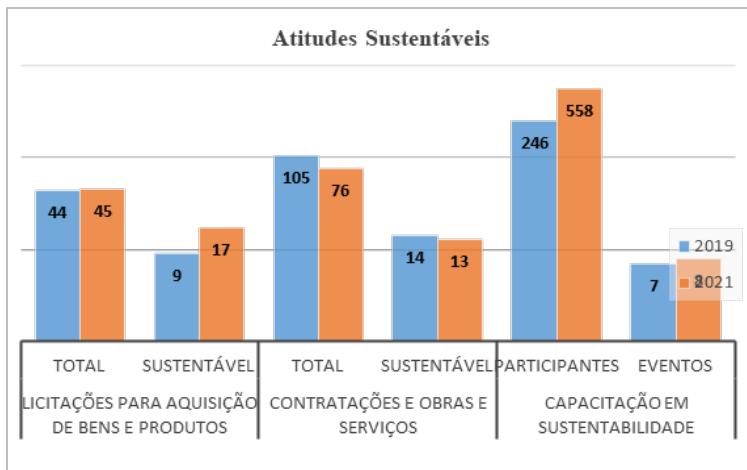
Fonte: Elaborado pelas autoras baseado nas Relatório de Desenvolvimento Sustentável do TRE-TO (2021, 2022).

Com relação aos veículos, houve redução de 31% nos gastos com manutenção da frota, e 31,31% de redução do consumo de combustível (diesel/etanol e gasolina), afirma-se que a economia ainda é reflexo da pandemia da COVID-19, que reduziu a quantidade de deslocamentos.

O efeito da pandemia, que acarretou informatização de 100% dos processos judiciais e administrativos no órgão, apesar de não aludido no Relatório de 2021, são relevantes e complementadores da economia apresentam no consumo de papéis e impressões.

Na temática, conscientização de práticas sustentáveis, apresentamos 4 eixos, aquisição de bens e contratação de serviços sustentáveis e capacitação em sustentabilidade, que são mensuráveis quantitativamente, e outro, que será analisado, posteriormente de forma qualitativa, o compromisso social na implementação da sustentabilidade.

Gráfico 5: Atitudes Sustentáveis



Fonte: Elaborado pelas autoras baseado nas Relatórios de Desenvolvimento Sustentável do TRE-TO (2021, 2022).

Segundo dados fornecidos pela Coordenadoria de materiais (COMAP) do TRE-TO no Relatório, em 2021, 37,77 % das licitações para aquisições de bens e produtos, e 17,10% das contratações serviços e obras firmados/renovados, foram aplicados critérios de sustentabilidade, um aumento, respectivamente, de mais de 17 % e 3,5 % em relação a 2019.

A capacitação em sustentabilidade de 2019 em relação a 2017 houve um aumento de mais de 162% de participantes em capacitação e 75% de evento de capacitação em sustentabilidade. Não tão promissor quanto em 2019, em 2021 (ano base) em referência a 2019, houve um acréscimo de 126,82%, em número de participantes e aumento de, apenas um curso de capacitação em relação a 2019.

Outro adendo, é que o efeito da pandemia impactou a estabilidade física e emocional da população em geral, os eventos diários do trabalho, no caso teletrabalho levando a momentos de procrastinação, desinteresse ou preocupação. Todos esses efeitos contribuem para diminuição da participação dos clientes do órgão nos cursos voltados à temática sustentabilidade.

O último eixo da temática: compromisso social na implementação da sustentabilidade, destaca-se o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes (ODS 11/meta

11.7), a qualidade de vida no trabalho e ações solidárias para inclusão social.

No intuito da promoção de cidades e comunidades sustentáveis, saúde e bem-estar dos servidores e colaboradores, o tribunal vem investindo em jardinagem, hortaliças e paisagismo nas dependências externas e internas do órgão, para tanto, reaproveita os 300 litros de água diários dos condicionadores do órgão.

Figura 1: Reaproveitamento de água nas plantas da Justiça Eleitoral Tocantins



Fonte: TRE-TO, NUGEST (2022)⁴

O Programa Qualidade de vida no trabalho (QVT) realiza, anualmente, uma série de eventos voltados para o cuidado preventivo e para a promoção da saúde integral dos seus colaboradores. São abordados temas como obesidade, tabagismo, saúde mental, educação financeira, dentre outros.⁵

O TRE-TO, também conta um coral de servidores do órgão, O Coral Encanto, trata-se de umas atividades promovidas pelo órgão na promoção de saúde e bem-estar institucional e social, pois o coral vem fazendo apresentações internas e eventos artísticos acessíveis a toda comunidade:

4. Direitos de imagem cedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO.

5. TRE-TO. Relatório de Desempenho Socioambiental: Ano base 2019, ano de referência 2017, 2019.

Figura 2: Apresentação do Coral Encanto



Fonte: TRE-TO, NUGEST (2022)⁶

Há vários anos o órgão vem firmando parcerias com entidades sem fins lucrativos para inclusão social. Desses exemplos de ações solidárias, de inclusão social, pode-se enumerar: convênio entre o TRE-TO e a Fundação Pio XII, para fins de repasse de valores para construção do Hospital de Amor de Palmas; doação dos servidores, em dinheiro, financiamento de exames de prevenção de câncer de mama e colo de útero em benefício às funcionárias terceirizadas responsáveis pela limpeza e conservação dos prédios do TRE/TO; a campanha Natal Solidário 2021 – que contou com a colaboração de servidores para a compra de kits de limpeza e higiene para o Centro de Reabilitação Leão de Judá.

6. Direitos de imagem cedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO.

Figura 3: Doação de kits de limpeza e higiene

Fonte: TRE-TO, NUGEST (2022).⁷

Os resultados das ações solidárias, também são provenientes de uma relação, inclusiva, da destinação sustentável dos resíduos sólidos em benefício de algumas comunidades locais.

Em 2021 foram doados 4.024,05 kg de resíduos sólidos recicláveis. Observou-se uma redução de 22,66% na coleta e destinação de resíduos em comparação com o ano de 2019, apesar da promoção do Projeto Reduza, Recicle, Reutilize, em parceria com a Seção de Patrimônio e Almoxarifado do órgão, que resultou no recolhimento e doação de mais de 2 toneladas de itens, vencidos ou sem utilidade, provenientes das zonas eleitorais e dos dois postos de atendimento.

Embora o Relatório de Desempenho Socioambiental 2021 não mencione, com base na totalidade das informações deste relatório, essa redução na destinação de resíduos sólidos, podem ser em decorrência da segunda onda da COVID-19, onde parte dos servidores e colaboradores retornaram ao teletrabalho, ou ainda, a redução na aquisição de papéis A4, e outros bens.

O Projeto, “Reduza, recicle, reutilize”, desenvolveu ações que fazem parte do Plano de Logística Sustentável (PLS) 2021/2026 e contempla o eixo temático Gestão de Resíduos, bem como o Calendário Ecológico 2022, em prol da gestão de resíduos sólidos e da sustentabilidade, com destaque para algumas empresas de reciclagem que têm sido parceiras do TRE-TO (BRASIL, TRE-TO, Boletim Sustentabilidade nº 2), as quais passa-se a enumerar:

7. Direitos de imagem cedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO.

1. Projeto Tampinhas do Amor – arrecadação de 22 quilos de tampinhas plásticas revertidas ao Hospital do Amor de Palmas/TO.

A ação é resultado da solidariedade dos servidores do TRE-TO. Os itens serão vendidos para cooperativas de reciclagem e todo o dinheiro arrecadado será destinado para a Associação Voluntário de Combate ao Câncer de Barretos (AVCC) para a aquisição de cadeiras de rodas e a compra de medicamentos, alimentos e material de construção

Fotografia 4: Contanier com doações de tampinhas plásticas



Fonte: TRE-TO, NUGEST (2022)⁸

a) Mais de 500 quilos de embalagens de vidro recicladas

Seguindo sua política de sustentabilidade, o TRE-TO, através do Núcleo de Gestão Socioambiental (NUGES), doou mais de 500 quilos de vidro para reciclagem.

O material recolhido é enviado à empresa Ecovip, responsável por dar encaminhamento ao vidro coletado, o qual poderá ser triturado ou retornar para as empresas de origem (BRASIL, TRE-TO, Boletim Sustentabilidade nº 2).

8. Direitos de imagem cedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO.

Figura 5: Doações de embalagens de vidro a Ecovip



Fonte: TRE-TO, NUGEST (2022)⁹

b) 519 quilos de plásticos reciclados

A ação tem como objetivo geração de emprego e inclusão social. O produto da arrecadação foi entregue ao coordenador do Centro de Reabilitação Leão de Judá, Manuel Albuquerque.

A coordenadora do Núcleo de Gestão Socioambiental do Tribunal, Wagna Cristiane, avalia as atitudes e comprometimento de todos no processo, "Ações práticas nos mostram o quanto podemos contribuir para reduzir a quantidade de itens que vão todos os dias para o lixo comum. Se cada um fizer a sua parte, com certeza continuaremos a conseguir bons resultados" (BRASIL, TRE-TO, Boletim Sustentabilidade nº 2).

Figura 6: Doações de embalagens plásticos



9. Direitos de imagem cedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO.

Fonte: TRE-TO, NUGEST (2022)
Figura 7: produto reciclado com garra pet



Fonte: TRE-TO, NUGEST (2022)¹⁰

c) 3,1 toneladas de papel reciclado só no primeiro semestre de 2022

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins doou mais de 3 toneladas de materiais recicláveis à Cooperativa de Produção de Reciclagens do Tocantins (Cooperan). A doação irá beneficiar diretamente 13 famílias que fazem parte da Cooperativa (BRASIL, TRE-TO, Boletim Sustentabilidade nº 2).

Figura 8: Preparação do papel para reciclagem



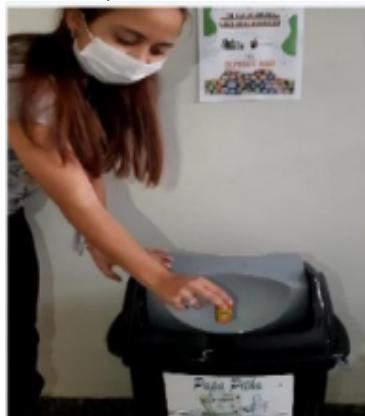
10. Direitos de imagem cedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO.

Fonte: TRE-TO, NUGEST (2022)¹¹

d) 43 quilos de pilhas e baterias coletados

A coleta de pilhas visa incentivar os servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral do Tocantins a participarem do processo de logística reversa, evitando assim a contaminação do solo e mananciais com carga tóxica proveniente de pilhas e baterias descartadas de forma incorreta. O produto da arrecadação foi destinado à Green Elétron – Empresa Gestora de Logística Reversa de Eletroeletrônicos, em São Paulo (SP) (BRASIL, TRE-TO, Boletim Sustentabilidade nº 2)

Fotografia 9: Coleta seletiva de pilhas e baterias



Fonte: TRE-TO, NUGEST (2022).¹²

e) 2,6 quilos de esponjas encaminhadas a Terracycle

Essa ação visa a coleta de esponjas usadas, que serão destinadas ao Programa Nacional de Reciclagem de Esponjas Scotch-Brite, que desenvolve programas nacionais de reciclagem e transforma a nova matéria-prima em objetos como bancos, lixeiras, dentre outros (BRASIL, TRE-TO, Boletim Sustentabilidade nº 2).

11. Direitos de imagem cedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO.

12. Direitos de imagem cedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO.

Figura 10: 2,6 quilos de esponjas usadas arrecadadas



Fonte: TRE-TO, NUGEST (2022).¹³

O PLS, também, encontra-se alinhado ao projeto “Eleições sem Sujeira”, que por sua vez, vem orientando candidatos e partidos políticos para eleições sustentáveis.

Veja o progresso desse projeto:

Figura 11: Entrada dos locais de votação, antes de 2015



Fonte: TRE-TO, Assessoria de Comunicação (ASCOM), 2015.¹⁴

13. Direitos de imagem cedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO.

14. Direitos de imagem cedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO.

Figura 12: Entrada dos locais de votação, entre as eleições de 2016 a 2020



Fonte: TRE-TO, Assessoria de Comunicação (ASCOM), 2018.¹⁵

Figura 13: Entrada dos locais de votação, entre as eleições de 2022 – 1º turno



Fonte: TRE-TO, Assessoria de Comunicação (ASCOM)¹⁶

Desde a implantação do programa Eleições sem Sujeira os dados apresentados ao final de cada eleição têm sido positivos. Em 2022, por exemplo, além da destinação adequada dos resíduos de campanha, houve redução de mais de 80% de denúncias sobre “derrames de santinhos” em relação às eleições anteriores (BRASIL, TRE/TO, ASCOM, *online*).

15. Direitos de imagem cedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO.

16. Direitos de imagem cedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO.

Outro projeto, objeto da pesquisa é o projeto “Agentes da democracia”, do TRE-TO, tem como missão a formação de eleitores e de políticos do futuro, favorecendo a inclusão social e a educação sociopolítica dos estudantes das escolas públicas e privadas, assim como, a ampliações, por consequência, da participação política e o número de registro eleitoral do jovem eleitor (BRASIL, TRE-TO, *online*).

As ações deste projeto envolvem palestras, atividades interativas, a exemplo de jogos de tabuleiro, apresentações teatrais, eleições simuladas na urna eletrônica e alistamento eleitoral. O projeto vem contribuindo para a implementação do ODS 4 (educação de qualidade), a crianças, adolescentes e jovens em idade escolar.

Figura 14: Visita em escola infantil pelos “Agentes da Democracia”



Fonte: TRE-TO, Escola Judiciária Eleitoral do Tocantins – EJE-TO (2019).¹⁷

17. Direitos de imagem cedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO.

Figura 15: Visita em escola juvenil pelos “Agentes da Democracia”



Fonte: TRE-TO, Escola Judiciária Eleitoral do Tocantins – EJE-TO (2021).¹⁸

Por fim, outra ação não menos importante, é o Programa “+ Mulher + Democracia” que objetiva fortalecer nas mulheres os conceitos de cidadania e democracia, esclarecer sobre direitos e deveres da mulher no processo político brasileiro, conscientizar as mulheres para

a importância de sua capacidade eleitoral ativa e passiva, enfatizar a autonomia feminina na escolha de candidatos (as) - ODS 5 (BRASIL/TRE/TO, *online*).

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) demonstram que o gênero feminino representa a maioria do eleitorado brasileiro (52,7%), todavia as mulheres ainda continuam sub-representadas, o que torna imprescindível a inclusão sociopolítica rumo a implementação do ODS 5, com vistas à promoção da igualdade de gênero na política e em todos os contextos sociais (BRASIL/TSE, 2022).

O programa desenvolvido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tocantins por meio de *Lives* e Rodas de conversas, todos de forma *online* (2021) e palestras e eventos, de forma híbrida (presencial com transmissão ao vivo pelo canal do TRE/TO no *Youtube*) com o tema “A participação efetiva da mulher no cenário político Tocantinense”. Totalizaram, ao final dos eventos, 434 participantes presenciais e 1.755 participantes *online*.¹⁹

Nas eleições de 2022, o gênero feminino recebeu apenas

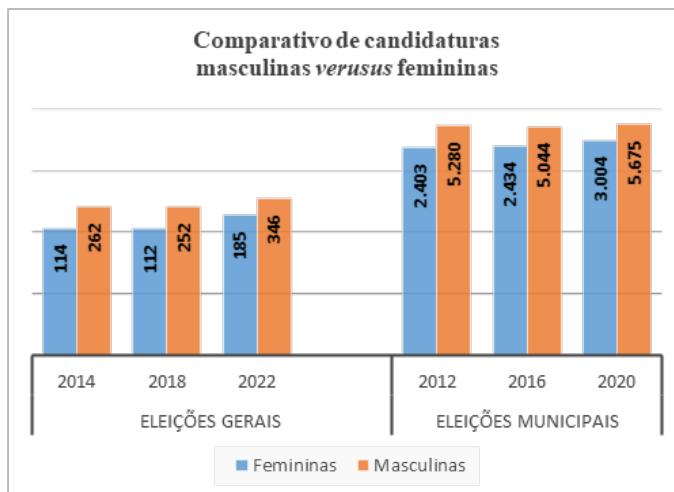
18. Direitos de imagem cedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO.

19. TRE-TO. Relatório de inclusão da mulher na política: + mulher + democracia (2021-2022)

13,80 % do total dos votos para o cargo de Senador e, do total de 58 candidatas, apenas 4 mulheres foram eleitas para o Senado Federal, representando menos de 20% da representação de gênero no Senado Federal. Mesma realidade é na Câmara dos Deputados, do total de 513 cargos para deputado federal, somente 91 mulheres foram eleitas, menos de 17,7 % das cadeiras (BRASIL/TSE, 2022).

No Tocantins a realidade não é diferente, pelo contrário, é mais alarmante, no gráfico abaixo, fica fácil de constatar a baixa representatividade da mulher nas esferas de poder.

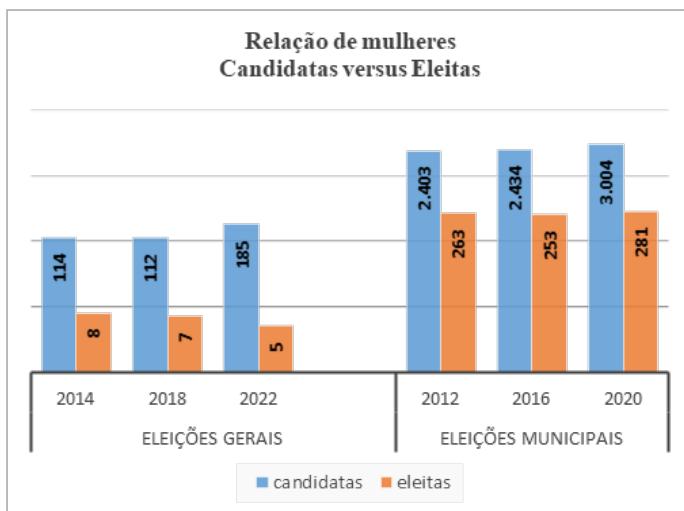
Gráfico 6: Comparativo masculinas versus femininas (gerais e municipais) no Tocantins



Fonte: Elaborado pelas autoras baseado, baseado em dados do sítio eletrônico sigtse, (2023).²⁰

20. <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao/home?session=202713258827431>

Gráfico 7: Comparativo candidatas versus eleitas (gerais e municipais) no Tocantins



Fonte: Elaborado pelas autoras baseado, baseado em dados do sítio eletrônico sigtse, (2023).²¹

Mesmo que haja cumprimento da reserva de quota no registro de candidatura pelos partidos políticos (gráfico 6), a representatividade desse gênero nas esferas de poder representa menos de 10% das candidatas que participaram do pleito eleitoral.

Segundo as lições da filósofa norte-americana Fraser (2007), para haver "Justiça", hoje, requer tanto redistribuição quanto reconhecimento; nenhum deles, sozinho, é suficiente. Para tanto, propõe uma análise de gênero ampla o bastante para abrigar toda a variedade de preocupações feministas, capaz de abranger tanta redistribuição (área física - alocação justa de recursos como remédio da dominação masculina) quanto reconhecimento (área intelectual - coexistência da relação social de forma paritária). Uma abordagem não-identitária do reconhecimento, capaz de operar junto com a redistribuição poderiam corrigir, simultaneamente, a má distribuição e o não reconhecimento, na perspectiva de gênero (FRASER, 2007).

Logo, não basta ter mulheres participando das cotas no sistema de registro de candidatura, é fundamental políticas públicas de empoderamento e reconhecimento de seu status 14 numa verdadeira

21. <https://sigtse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao/home?session=202713258827431>

democracia. A paridade é inevitável para a consecução da isonomia, do Estado Democrático de Direito e, principalmente, para a garantia dos Direitos Humanos. Assim, os resultados apresentados demonstraram que a multifocalidade na promoção da institucionalização da Agenda 2030 e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constituem mecanismos viáveis à construção de uma sensibilização e mobilização social mais consciente e responsável para a sustentabilidade.

3.4 Formação de Assessores Populares em ODS: prática e localização

A pesquisa-ação deste trabalho se deu por meio da ação de extensão da Universidade Federal do Tocantins (UFT), intitulada: Assessores Populares em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Práticas e Localização.

Esse projeto, requisito da disciplina, Seminários interdisciplinares em Desenvolvimento Regional (I e II), do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT, que objetivou promover a institucionalização da Agenda 2030 e estimular a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a partir da formação de multiplicadores em sustentabilidade.

O projeto contou com a parceria da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), da Plataforma Eskada e do Núcleo de Tecnologias para a Educação da UEMA, da Rede ODS/Brasil e do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico.

E foi dividido em 3 momentos: orientações preliminares sobre a proposta da respectiva disciplina; pesquisa de campo em projetos institucionais alinhados às diretrizes da Agenda 2030; e por fim, extensão universitária na articulação e na conscientização social para o alcance da sustentabilidade.

Para tanto, o módulo III do curso Assessores Populares em ODS, além de analisar a institucionalização da Agenda 2030 no Poder Judiciário, examinou as atividades de quatro programas permanentes do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, sob a responsabilidade da Escola Judiciária Eleitoral, que já estão implementando os ODS, a saber: o Plano de Logística Sustentável, Agentes da Democracia, Eleições sem Sujeira e + Mulher + Democracia (BRASIL/TRE/TO, *online*)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como fruto da pesquisa, restou comprovado que a sinergia entre sociedade civil, universidade, governos nacionais, ONU, suas agências e acordos internacionais são imprescindíveis para o alcance da sustentabilidade.

Outrossim, é indubitável que a multifocalidade na promoção da institucionalização da Agenda 2030 e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão contribuem satisfatoriamente para construção de uma sensibilização e mobilização social mais consciente, comprometida e decisiva.

Foi a partir desse fio condutor que a presente pesquisa se orientou, buscando identificar as melhores estratégias e ações na promoção da implementação da Agenda 2030 de forma multifocal, acelerando e dando maior efetividade na busca do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

Diante disso, práticas locais de institucionalização da Agenda 2030 e implementação dos ODS são contribuições de dentro para fora, pois são no município que se pode visualizar meios para a transformação em médio prazo, com uma visão de futuro e um desenvolvimento resiliente, inclusivo e integral.

Para tanto, as ações implementadas pelo TRE-TO, além de gerar um melhor bem-estar para a comunidade interna do órgão, desenvolve um senso de compromisso e cidadania para a comunidade externa, proporcionando, também, uma racionalização dos recursos financeiros do Tribunal. Dessa forma, com políticas públicas inteligentes e implementações de atitudes sustentáveis, o órgão vem se tornando um modelo de institucionalização da Agenda 2030.

No entanto, as ações e programas em sintonia com a Agenda 2030 desempenhadas pelo Tribunal carecem de notoriedade popular, já que são programas eficientes, há de se buscar meios para melhor popularização e democratização do compromisso social para o desenvolvimento sustentável. Ademais, é um exemplo axiomático para outros órgãos e instituições, que também tem o dever de implementar ações na promoção dos ODS.

As atividades do órgão, em prol da Agenda 2030, demonstram, ainda, que as parcerias são, indiscutivelmente, um caminho para se

chegar na erradicação da pobreza, promoção da igualdade, sem as quais é difícil o alcance do desenvolvimento sustentável.

Além disso, não basta o compromisso e a mobilização somente no Poder Judiciário pelo CNJ, o engajamento deve ser promovido, sinergicamente, em todas as esferas governamentais, do município aos continentes, de todos os poderes (Judiciário, Executivo e Legislativo), e ainda, com envolvimento da sociedade civil, universidade (pesquisa e extensão) e agências internacionais.

Outrossim, para erradicação da pobreza, promoção da igualdade e respeito ao meio ambiente, é indispensável, combinar: alocação de recursos financeiros, humanos e tecnológicos; elaboração de diagnóstico situacional para melhor alocação; acompanhamento e monitoramento de ações políticas de implementação dos ODS; e finalmente, a resiliência, capacidade de recuperar e retornar a um caminho.

Baioni (2019) finaliza seu discurso no 1º Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário falando da importância do engajamento entre todos os órgãos do Judiciário e atores da justiça para buscar políticas públicas e judiciárias que garantam a equidade e oportunidades de desenvolvimento:

Gostaria de dizer (...) que promover o desenvolvimento significa voltar nossos olhares e esforços para as pessoas, especialmente, aquelas que são vulneráveis, garantir às pessoas as capacidades e oportunidades para construir suas trajetórias de vida, com equidade e justiça, sem deixar ninguém para trás. Esse deve ser o objetivo das políticas públicas, e sem sombra de dúvida, o objetivo das políticas judiciárias. O Poder Judiciário é um ator-chave e co-responsável pelo avanço da Agenda 2030. E aí gostaria de reforçar o convite que o Ministro Dias Tóffoli e a conselheira Maria Tereza Uille vêm fazendo que é de engajamento dos Poderes Judiciários e de todos os órgãos de justiça nessa agenda. Juntos podemos fazer melhor não são para o Brasil, mas para todas ibero-américa.

Para finalizar, "O sucesso no alcance dos ODS irá exigir uma abordagem mais ousada para o financiamento e as parcerias. Nada será alcançado sem o envolvimento de todos os atores" (MOHAMMED, 2017, *apud* PNUD, 2021).

REFERÊNCIAS

BAIONI, M.. **A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Poder Judiciário Brasileiro.** In: 1º Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário, 2019, Curitiba. 1 vídeo (2h 36min 21 seg), discurso da autora (50min 44seg a 1h 4min 1 seg). Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/agendas/1o-encontro-ibero-americano-da-agenda-2030-no-poder-judiciario/> . Acesso em jul. 2022.

BOCHENEK, A. C.; ZANONI, L. O. T. C. **A tecnologia e o novo design organizacional do Poder Judiciário.** Revista de Direito e as Novas Tecnologias. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 1, out./dez. 2018.

BOSSI, A.; FIALHO, A. **Accountability e transparência na administração pública no Brasil e o ODS 16:** desenvolvimentos recentes e perspectivas futuras. In: Cadernos da Escola do Legislativo – Volume 23 | Número 40 | jul/dez 2021.

BRASIL. MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Como implantar a agenda A3P?** Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881F7595543501762A302C-CB2961#:~:text=Para%20implantar%20a%20A3P%20%C3%A9,to-das%20as%20%C3%A1reas%20da%20institui%C3%A7%C3%A7%C3%A3o.> Acesso em jul. 2022.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, **HORIZONTES 2030:** a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável (LC/G.2660/Rev.1), Santiago, 2016. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40161/4/S1600654_pt.pdf. Acesso em jul. 2022.

DA ROSA, J. L.; LUCCHESE, C. K. **Agenda 2030 da ONU, Pacto Global e advocacia.** In: Novas reflexões sobre o pacto global e os ODS da ONU/ organização de Danielle Anne Pamplona. [et al.] – 1. Ed. – Curitiba: NCA comunicação e editora. 2020.

DODGE, Rachel. **A relevância da implementação da Agenda 2030 pelo Poder Judiciário e Ministério Público.** In: 1º Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário, 2019, Curitiba. 1 vídeo (2h

36min 21 seg), discurso da autora (1h 32min 20seg a 1h 59min 35seg). Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/agendas/1o-encontro-ibero-americano-da-agenda-2030-no-poder-judiciario/>. Acesso em jan. 2023.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Artigo originalmente publicado na revista Theory, Culture & Society, v. 18, p. 21-42, 2001. Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. Republicado em Lua Nova, São Paulo, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000100006>. Acesso em nov. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GOMES, Marcelo Barros et al. **Accountability e transparência na implementação da Agenda 2030:** as contribuições do Tribunal de Contas da União. Revista do TCU, n. 136, maio/ago. 2016.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL/PNUD. **Guia de Identificação de Atores para o Progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento]. - Brasília: PNUD, 2021. 53 p. - (Coletânea Territorialização dos ODS: Seu município ajudando a transformar o mundo). Acesso em 13 maio 2023.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL/PNUD. **Guia de Mobilização de Parcerias para o Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento]. - Brasília: PNUD, 2021. 56 p. - (Coletânea Territorialização dos ODS: Seu município ajudando a transformar o mundo). Acesso em 13 maio de 2023.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL/PNUD. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Disponível em: Acesso em: 17 de janeiro de 2010.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** [S.l.]. (2015). Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 30 out. 2022.

----- **Relatório da ONU sobre progresso dos ODS aponta que a COVID-19 está comprometendo avanços no campo social.** 2020. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs>. Acesso em: 30 out. 2022.

----- **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.**
2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

MAFRA, R. L. M. **Mobilização social e comunicação:** por uma perspectiva relacional. Mediação, Universidade FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde. Belo Horizonte, v.11. 10, jan/jun de 2010.

MENEZES, H. Z. **Apresentando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** *In:* Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais / Henrique Zeferino de Menezes (organizador). – João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

MINILLO, X. K. P.; LIMA, M. T. de L. S. e. **ODS 17 “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a Parceria global para o desenvolvimento Sustentável”.** *In:* Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais / Henrique Zeferino de Menezes (organizador). – João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

PORUTAL. DICIONÁRIO PRIBERAM. “Mobilizar”, *in Dicionário Pri-beram da Língua*. Lisboa: Priberam Informática, 2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/mobilizar>. Acesso em: 13 maio 2023.

RICHARDSON, R. J. et al. (1999) **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas.

SEN, A. (2010). **Desenvolvimento como liberdade.** Tradutora Laura Teixeira Motta. São Paulo: companhia das Letras, 2010. 464p.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização social:** Um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Metodologia da Pesquisa.** 2. ed. - Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. 136 p.

TRE/TO - Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. **Relatório de in-clusão da mulher na política:** + mulher + democracia (2021-2022). Acesso em: ago. 2022.

----- **Relatório de Desempenho Socioambiental 2021.** Dis-

ponível em: https://www.tre-to.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-to.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/plano-de-logistica-sustentavel-1/relatorio-de-desempenho-socioambiental-2021-1/relatorio-de-desempenho-socioambiental-2021-1647380977926/@@download/file/Relat%C3%B3rio_FINAL_Corrigido%2027_06_2022.pdf. Acesso em: 2 ago. 2022.

----- **Programas e projetos institucionais.** Disponível em: <https://www.tre-to.jus.br/o-tre/programas-projetos-institucionais/programas-projetos-institucionais>. Acesso em: ago. 2022.

XAVIER, E.; FARIA, R. **Oficina de mobilização e articulação social.** Projeto apoiado na 10ª Edição do Programa Oi Novos Brasis, 2015.

CAPÍTULO V

REFLEXÕES PARA INSTIGAR A JUVENTUDE A PENSAR EM SUSTENTABILIDADE

Raimunda Bezerra de Souza

1. Introdução

Vive-se em um mundo no qual os aportes voltados a sustentabilidade são essenciais para segurança da sobrevivência da humanidade, pois existe uma significativa exploração que ocorre hodiernamente nos recursos naturais, e muitos cidadãos ficam alheios a realidade que futuramente pode desencadear em problemática, caso medidas protetivas não venham mudar o elencado quadro.

De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (BRASIL/CNM, 2017), em setembro de 2015, sob os auspícios das Nações Unidas, a comunidade internacional aprovou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual engloba os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2015). Os ODS são um compromisso para promover, de forma integrada, a proteção ambiental, o progresso social e o crescimento econômico em escala planetária.

A Agenda 2030 dispõe que “governos e instituições públicas também trabalharão em estreita colaboração na implementação com autoridades regionais e locais, instituições sub-regionais, instituições internacionais, academia, organizações filantrópicas, grupos de voluntários e outros” (BRASIL/CNM, 2017).

Para tanto, menciona-se que o reconhecimento internacional dá importância ao desenvolvimento sustentável como suporte para o crescimento e desenvolvimento das nações ao institucionalizar a respectiva Agenda 2030. Sendo que, a iniciativa busca avançar nas três dimensões do desenvolvimento sustentável – social, econômica e ambiental – propondo modelos de desenvolvimento nos quais

“ninguém fique para trás” (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2015).

Tão logo, nestas práticas de validar e alcançar a sustentabilidade em consonância com as garantias, deve-se ter o conhecimento das suas tratativas para municiar os principais pontos a serem observados pelos ODS, que foram pautados dentro de uma sistematização evidenciada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (BRASIL/MNE, 2017), ao ressaltá-los, mesmo cientes que foram construídos de forma interdependente, mas dialogam entre si pelas metas projetadas.

Para tanto, desde a erradicação da pobreza, fome zero, educação, igualdade de gênero, água potável e outros são os objetivos fundamentais para que o mundo até o ano de 2030 promova mecanismos para assegurar alterações nos meios de produção e consumo sustentáveis afim de gerir proteções que visam a base dos recursos naturais e impulsione hábitos econômicos em relação a globalização consciente seja ela de ordem local ou universal.

Assim, segundo exposto o ODS 4 – Educação de qualidade visa assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (BRASIL/MNE, 2017).

Diante deste contexto, a caracterização investigativa partiu do ensejo da pesquisadora ao obter conhecimento acerca do Projeto Assessores Populares em ODS que está em andamento no Programa de Desenvolvimento Regional da UFT.

Trata de uma atividade extensionista, no qual o principal objetivo é fortalecer as capacidades locais de forma a gerar engajamento para se tornarem multiplicadores da Agenda 2030, através da consciência cidadã, do desenvolvimento acerca do espírito reflexivo e crítico por meio de uma visão sistêmica das problemáticas locais sejam elas de ordem municipal ou estadual.

Não obstante, a propositura perfaz o ensejo de multiplicar os saberes na tratativa de assegurar a sustentabilidade na comunidade visando a construção das políticas públicas em prol da qualidade e melhoria ao meio ambiente, consequentemente benefícios a vida humana.

A efetivação do referido projeto ocorre através da organização dos acadêmicos das disciplinas “Seminários Interdisciplinares em Desenvolvimento Regional (I e II)”, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Federal do

Tocantins (UFT)

A partir deste enunciado, bem como pela inquietação de buscar conhecimentos em detrimento de ser mestranda no elecando programa, definiu-se em consubstanciar a prática empírica deste estudo, utilizando-se do respectivo 4 ODS sistematizou uma ação a ser realizada em uma unidade escolar pertencente ao município de Recursolândia – TO, por meio de oficinas interventivas que promova uma interação, bem como ações reflexivas quanto a importância do conhecimento que norteia as bases conscientizadoras da Agenda 2030 e dos ODS a serem propagados e multiplicados por estudantes.

Outrossim, destaca-se que o município foi escolhido, por apresentar um baixo índice relacionado ao Desenvolvimento Humano (IDH), referente ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), conforme resultados no ano de 2010 em relação aos demais do Estado no Tocantins.

2. A Agenda 2030 e os ODS no Brasil

Para contextualizar a compreensão da organização dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável no território brasileiro, se faz salutar identificar inicialmente aportes históricos que norteiam essa promulgação como um ordenamento para garantias da sustentabilidade em diversos aspectos em relação a segurança mundial dos seres humanos.

Assim, Menezes (2019), menciona-se que o ano de 2015 foi um importante momento para o desenvolvimento global, como a aprovação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O autor sequencialmente, discorre que além da maior profundidade do compromisso e de uma concepção de desenvolvimento mais avançada, uma característica marcante dos ODS é seu caráter integrado e sua indivisibilidade, o que significa a necessidade de pensar os 17 objetivos de forma totalizante, considerando como esses se afetam e se reforçam mutuamente (MENEZES, 2019).

Não obstante, Menezes (2019), contextualiza que o documento final aprovado traz uma vasta quantidade de áreas e temas da maior relevância para a sustentação de estratégias de transformação social, exigindo uma ampla e profunda mobilização global para o desenvolvimento.

Por conseguinte, conforme evidenciado pelo Conselho Nacional de Justiça (2020), a Agenda 2030 é a agenda de Direitos Humanos das Nações Unidas, aprovada em Assembleia Geral das Nações Unidas em 2018, que incorporou os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ampliando-os para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Tão logo, no Brasil, os primeiros a efetivar uma adesão foi o Poder Judiciário Brasileiro reconhecido como o pioneiro, no mundo, na institucionalização da Agenda 2030 e indexação de sua base de dados com 80 milhões de processos a cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (BRASIL/CNJ, 2020).

Outrossim, no Brasil além do Poder Judiciário, o Ministério do Meio Ambiente destaca que o país participou de todas as sessões da negociação intergovernamental.

Nesse sentido, cabe aos indivíduos focar no desenvolvimento sustentável por meio de reflexões importantes para toda vida no planeta, principalmente a partir da institucionalização da Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas), bem como dos seus 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), que abrange diferentes temas voltados aos campos ambientais e sociais, explicitados na Figura 1.

Figura 1: Os 17 ODS da Agenda 2015.



Fonte: NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2015.

Nesse sentido, a partir da imagem, menciona-se que as Nações Unidas adotaram o enfoque daquilo que denominam como os cinco Ps: as pessoas, o planeta, a prosperidade, a paz e as parcerias. Essa organização facilita a compreensão dos 17 Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável. Visto que, as representatividades das 5 esferas são de importância crítica para a humanidade e para o planeta.

Diante do contexto, os ODS se relacionam a cada uma das esferas representada na Figura 2.

Figura 2: 5 Ps



Fonte: CANELLAS (2020)

Diante da imagem supracitada Canellas (2020), afirma que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável corresponde a um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientam os trabalhos das Nações Unidas e de seus países-membros rumo ao desenvolvimento sustentável. Frisa-se muitos nos ODS a importância de assegurar o desenvolvimento sustentável, sendo salutar colocar o real entendimento acerca da palavra, que no pensamento feito no diálogo promovido por Boff (2012, p. 14):

[...] o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação dos seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodu  o da vida, o atendimento das necessidades do presente e das futuras gera  es, e a continuidade, a expansão e a realiza  o das potencialidades da civiliza  o humana em suas várias expressões.

Continuamente, nesta conceituação insere-se a contribuição realizada por Freitas (2012, p. 41):

[...] princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar.

Sequencialmente, norteia-se que a sustentabilidade possui como base um tripé (econômico, ambiental e social) e atua segundo Guimarães (2019) como a capacidade de cumprir as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras. Etimologicamente a palavra deriva do latim *sustentare*, que significa "apoiar", "sustentar" e "conservar".

Assim, é nesta perspectiva que se acredita que a sustentabilidade pode ser alcançada através do cumprimento dos 17 ODS visando o bem-estar, bem como as diversas garantias que serão promovidas se houver a conscientização da operacionalização e das proposituras que envolvem os respectivos objetivos por cidadão brasileiro.

3. As definições e princípios do ODS 4

O ODS 4, traz um olhar específico a "Educação", em relação a importância da seguridade da qualidade dos cidadãos que precisam por meio do conhecimento viabilizar os seus direitos e deveres ao integralizar os saberes para atuar na sociedade de forma consciente e humanística para delinear uma generalização de mundo.

Assim, cabe as unidades escolares ter estratégias para propagar essa conscientização sobre todos os 17 ODS, mesmo tendo um específico que vislumbra aspectos a serem observados para municiar políticas para as premissas das práxis fundamentais aos indivíduos em etapa escolar.

Não obstante, quando falamos de educação, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996 estabelece as diretrizes e base da educação nacional e apresenta no seu artigo 1º a seguinte informação:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais". Entende-se então que a educação, seja ela formal ou não formal, abrange todas as dimensões que fazem referência à formação humana (BRASIL, 1996).

Nesta perspectiva, em carta à sociedade, Batista (2020), frisa que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, uma das 51 organizações e redes que integram o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030), atuando no seguimento e monitoramento da implementação do ODS 4 no país, afirmou que o texto aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal representa um passo decisivo para o financiamento adequado da educação básica pública gratuita e de qualidade no país.

Menezes (2019) menciona que para incorporar os princípios do ODS 4 no Município e assumir as obrigações relativas aos serviços educacionais, é aconselhável analisar, primeiramente, a sua situação:

1. Em relação ao financiamento: gasto do Município na educação – total, com pessoal, custeio e investimento; verificação sobre o atendimento do mínimo constitucional; quais as receitas e as fontes – parte da União e parte do Estado);
2. No transporte escolar: qual a demanda de alunos que vivem em comunidades que não possuem escola; quais os tempos de deslocamento de cada comunidade; existência de frota para transporte escolar e suas condições; custo com transporte escolar por aluno;
3. Na alimentação escolar: qual o índice de atendimento da merenda escolar; qual a percepção de pais e alunos sobre a qualidade da merenda oferecida;
4. Sobre a qualidade do ensino: como o Município se posiciona em relação aos sistemas de avaliação nacionais (IDEB, Prova Brasil, Censo Escolar);
5. Na infraestrutura escolar: quantos alunos há por sala; as escolas têm banheiro funcionando; cantina; bebedouros com água potável; condições de segurança; conforto térmico e acústico; instalações esportivas; bibliotecas; auditórios; laboratórios.

Diante das obrigações enfatizadas para cumprir a proposta de infraestrutura, financiamento, alimentação do 4 ODS, alguns temas

sensíveis devem ser inseridos e trabalhados transversalmente como: ética, uso de drogas (ODS 16), violência doméstica (ODS 5 e ODS 16), alimentação saudável (ODS 2) e doenças sexualmente transmissíveis (MENEZES, 2019).

Nesse sentido, até o ano de 2030 conforme explicitada na agenda, meninos e meninas devem assumir posturas conscientes, críticas e reflexivas que diminua a dubiedade entre os sujeitos, a eliminação das disparidades de gênero, bem como atendam aqueles com maior vulnerabilidade social, e delineie a equidade e igualdade para todos, no qual a qualidade seja a palavra de ordem fundamental para alcançar os direitos humanos.

Sugestiona Santos (2019), que:

As metas deste ODS envolvem alfabetização, oportunidade educacional nos diferentes níveis de educação e formação profissional para os públicos de diversos gêneros e idades, bolsas de estudo para pessoas em situações de vulnerabilidade, formação de discussões sobre sustentabilidade, inclusão e estilo de vida sustentável, formação e profissionalização de educadores, melhores instalações e ampliações das unidades de ensino.

No entanto, Polo (2019) acrescenta que um dos fatores mais importante para que o acesso aos direitos humanos seja garantido é a educação. Sem a educação, outros direitos, como a liberdade e acesso à saúde são restringidos, afetando a qualidade de vida e a dignidade do ser humano.

Assim, a educação está prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos como um direito de todo indivíduo. Segundo a autora a declaração consubstancia em:

A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz (ONU, 1948).

Doravante, Polo (2019), afirma que o 4 ODS, trouxe uma narrativa legal, no qual afirma que os alunos devem ser incentivados a potencializar suas habilidades. Além dos conteúdos técnicos, a escola deve transmitir aos alunos princípios de cidadania global que

permitam construir um desenvolvimento sustentável.

4. Compreendendo os caminhos para produzir extensão de qualidade

Os materiais e métodos foram ordenados para alcançar os resultados do estudo pela adoção de uma abordagem qualitativa, do tipo pesquisa-ação com objetivo exploratório-descritivo, no município de Recursolândia, especificamente aos estudantes matriculados no Ensino Médio, a partir do conhecimento socializado do Projeto Assessores Populares em ODS realizado por intermédio do Programa de Desenvolvimento Regional da UFT.

Menciona-se que é uma atividade de pesquisa e extensão feita pela universidade, especificamente do Mestrado, no qual fez-se uma parceria com a Universidade Federal do Maranhão para vislumbrar multiplicadores em relação a articulação da Agenda 2030.

De acordo com Bazolli (2021):

Nesse novo cenário, em 2018, a Universidade Federal do Tocantins, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, alinhou a ementa de dois componentes curriculares – Seminários Interdisciplinares I e II – à Agenda 2030. Ademais, passou a estimular a aplicação desses componentes de maneira deslocada da proposta tradicional, vinculando-os de maneira natural ao ensino, enquanto conteúdo essencial para o nivelamento acadêmico temático, e, ao mesmo tempo, à atividade de extensão universitária, traduzida pelo vinculado ao conteúdo do Projeto Ações Locais de Aceleração para a implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Diante do contexto, explicitado e da importância de efetivar ações de extensão voltadas aos ODS e Agenda 2030, bem como pela escolha do município, apresenta as características do elencado local que pertence ao Estado do Tocantins, que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística possui uma área de Área Territorial de 2.215,669 km², dentro de um quantitativo de 4.389 habitantes, sendo a densidade demográfica estimada em 1,90 hab./km² (IBGE, 2021).

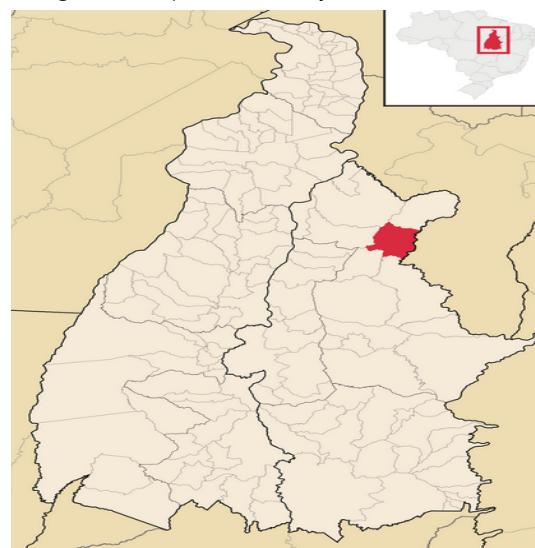
Não obstante, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, os dados discorrem em 0,500 desde o levantamento apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Conforme os dados, Recursolândia ocupa a 5.531^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 5.530 (99,37%) municípios estão em situação melhor e 35 (0,63%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 139 outros municípios de Tocantins, Recursolândia ocupa a 139^a posição, sendo que 138 (99,28%) municípios estão em situação melhor e 1 (0,72%) municípios estão em situação pior ou igual (PNUD, 2013). Ademais frisa-se que o Tocantins é considerado alto, ocupando o 12º no ranking nacional e o 2º da Região Norte.

Em termos de distância da capital de Palmas existe 373 km. De acordo com o site (<https://www.recursolandia.to.gov.br>), a cidade surgiu de uma sugestão dada pela Professora Constância Tavares de Sales em Homenagem à Fazenda Recurso onde atualmente localiza-se o Município, e significa: Recurso = Riqueza e Lândia = Terra, portanto tem Terra de Riqueza ou Terra de Recurso.

O município fica situado a 351 metros de altitude pelas coordenadas geográficas: Latitude: 8° 42' 0" Sul, Longitude: 47° 4' 60" Oeste, os cidadãos que nascem no local são denominados como recursolandenses. Em relação aos limites interinstitucionais ao Norte estão os municípios de Goiatins e Campos Lindos; ao sul fica Lizarda e Centenário; Oeste o Estado do Maranhão e Leste fica Itacaja

Figura 3 – Mapa de Localização – Recursolândia



Fonte: Mapas do Mundo (2020)

Nessa propositura, a pesquisa executada no município de Recursolândia seguiu uma abordagem qualitativa, uma vez que estuda os fenômenos humanos gerados socialmente, compreendendo e interpretando a realidade por meio do trabalho de campo e do contato direto com a fonte de pesquisa (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Enquanto, a pesquisa-ação é “um tipo de pesquisa social empírica que está associada a resolução de um problema, no qual o pesquisador e participante estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, 2011, p. 20), ressalta que “na pesquisa-ação os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e a na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas” (THIOLLENT, 2011, p. 21).

De forma a explicitar melhor a pesquisa-ação, Tripp (2005, p. 446) apresenta “quatro fases desse ciclo básico de investigação-ação”, que inicia a partir da ação para a investigação: Planejar uma melhora na prática; agir para implantar a melhora planejada; monitorar e descrever os efeitos da ação e avaliar os resultados da ação. Para tanto, antes disso, é necessário identificar o problema, planejar uma solução, sua implementação, seu monitoramento e a avaliação de sua eficácia.

Assim, de forma específica, pretende realizar revisão de literatura e organizar oficinas interventivas utilizando as etapas da pesquisa-ação no qual pretende-se criar um produto que será multiplicado acerca da Agenda e os 17 ODS, sendo as fases pautadas em:

1. Primeiro: realizar parcerias entre a Universidade Federal do Tocantins e as Secretarias de Educação do Estado do Tocantins e do Município com vistas a inserção dos professores e estudantes no projeto Assessores Populares em ODS de forma que tenham a oportunidade de conhecer as interfaces da Agenda 2030 e, ao lado dos gestores públicos, passem contribuir para a institucionalização do Plano Global de Desenvolvimento Sustentável e implementação de forma eficaz os 17 ODS, a nível estadual e municipal;
2. Segundo: efetivar uma intervenção com palestras municiando a importância de cada cidadão compreender a agenda e os 17 ODS para propagar a importância do desenvolvimento sustentável, e inferir sobre violência doméstica que trata de uma problemática de ordem social que interferi no processo de aprendizagem;

3. Terceiro: elaborar com os estudantes do ensino médio um material informativo (folder) a ser reproduzido e entregue aos demais estudantes da unidade escolar;
4. Quarto: acompanhar a entrega e fazer uma socialização dos resultados com os gestores acerca da multiplicação do conhecimento feito após a intervenção.

5. Reflexões acerca de processos de formação com qualidade

A Constituição Federal brasileira de 1988, em seu art. 205, reza que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, a pesquisa preliminarmente revelou que no ODS 4 existe um aparato de incluir a educação como artefato das práticas sociais que podem promover o alcance dos 17 ODS e das Metas da Agenda 2030 aos estudantes do município de Recursolândia que apresenta baixo IDH como mecanismo conscientizador da importância de o cidadão conhecer e propagar para os demais serem cientes do desenvolvimento sustentável, como elemento principal para garantir a vida em todo o mundo.

Dessa forma, aproveitando o ensejo de integralizar aos cidadãos na fase escolar sobre a agenda e os 17 ODS para propagar a importância do desenvolvimento sustentável, oportunizou-se o conhecimento realizando um ato consciente por palestras sobre o objeto, mas também inferindo sobre violência doméstica.

Para Gerhard (2014, p. 35):

Violência significa hostilidade, coação, agressão, constrangimento, ameaça, cerceamento, intimidação, impoção. Dessa forma, funda-se intimamente em negar a existência do outro, negar seus direitos, suas convicções, assim como em subjugá-lo. Evidencia-se por meio da tirania, da opressão e inclusivo, pelo uso da força, ou seja, acontece sempre quando é realizado o constrangimento sobre um indivíduo a fim de que a obrigue a praticar ou deixar de praticar um ato qualquer.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Direito de Família apresenta a violência como um fenômeno social grave e complexo que atinge meninas e mulheres, em todo o mundo, de diferentes

culturas, idade, classe social, raça e etnia e que gera efeitos negativos não só para a saúde física e mental das mulheres, mas para toda a sociedade (IBDFAM, 2016).

Ademais, essa situação alarmante de violência e opressão não é algo recente, os dados enfatizam que começou a obter publicidade no Brasil principalmente por meio de movimentos sociais e feministas nas décadas de 1970 e 1980. Contribuiu também para todo o processo de redemocratização que culminou com promulgação da Constituição Federal de 1988 e que instituiu o Estado Democrático de Direito.

Além disso, a violência encontra-se frequentemente ligada não só ao uso da força física, mas intelectual, psicológica ou moral que impede ou obriga a pessoa a fazer ou deixar de fazer alguma coisa. A relação de desigualdade entre o homem e a mulher que remonta tempos milenares colocou a mulher em situação de inferioridade e submissão, terreno fértil para violação dos direitos femininos (DIAS, 2008).

Destaca-se neste panorama a incorporação dos princípios que regem os direitos fundamentais, que devem ser assegurados a todos os cidadãos em termos da sua dignidade humana no Art. 3º que preconiza I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e, IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, independentemente de cor, raça, religião ou gênero todo indivíduo deve ter o respeito e toda seguridade para viver socialmente. Todavia, mesmo em tempos de significativa mudanças tecnológicas e questões de ordem pessoal e profissional que legitima a igualdade, verificamos que ainda existe na sociedade o pensamento machista, que priva a mulher de seus direitos garantidos por lei.

Trata de um comportamento evidenciado no perfilar de muitos anos. Se traçarmos um panorama histórico, teremos um quadro de delineamento de agressões contra a dignidade da mulher pela persistência de uma mentalidade patriarcal.

Dessa forma, ao chegar no ano de 2006, em decorrência de um caso que chamou a atenção em vários países, foi determinado no ordenamento jurídico a Lei nº 11.340 em 07 de agosto daquele ano, firmando a importância da diminuição de casos de violência contra

as mulheres sejam elas de natureza física, emocional, psicológica, abusos e outros formatos.

A partir desta reflexão e do domínio dos 17 ODS, uma integralização de saberes deve ser assumida pelo grupo de alunos que ao elaborar materiais informativos, por meio de folders realiza-se uma multiplicação de ações conscientes para os demais cidadãos de Recursolândia.

Ademais, todos os aportes que ocorrem no âmbito educacional ele propaga saberes que visa municiar comportamentos, que no caso específico da ação da autora, buscou trabalhar um olhar sustentável para qualidade de vida educacional, bem como pessoal e futuramente profissional.

Outrossim, engajar alunos nestas proposituras de intervenção consisti em atos de cidadania, uma vez que este público-alvo se encontra na faixa etária, que viabiliza maior atuação social, muitos já estão aptos ao mundo do trabalho, além disso da decisão da futura profissão. Contudo, os resultados e discussão terão maior amplitude a partir da execução a ser prevista no ano de 2023, de forma detalhada para consubstanciar informações alcançadas diretamente ao público-alvo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados concluintes da pesquisa confirmam acerca da importância de executar ações interventivas nas escolas, pois os estudantes tornam-se multiplicadores dos saberes que devem ser propagados na sociedade.

Sendo assim, ao criar alternativas para mensurar atividades conscientizadoras na sociedade evidenciam ao cidadão a tomada de conhecimentos e permiti compreender o mundo o qual pertence, bem como a ciência de ser um dos responsáveis pela sustentabilidade que assegura a propagação da qualidade de vida de forma crítica e reflexiva.

Discutir temas como violência doméstica permite trazer também uma qualidade educacional, pois problemas dessa natureza interferem em muitos aspectos, sejam eles de ordem pessoal ou coletiva, visto que as emoções acabam interferindo no desenvolvimento educacional, pois os atos agressivos comprometem

os campos psicológicos, físicos e socioemocionais.

Para tanto, essas práticas norteiam positivamente os saberes dos 17 ODS e da Agenda 2030, enquanto plano de ação para pessoas, para o planeta e para a prosperidade (ONU, 2015).

Não obstante, os resultantes contextualizam que intervém com aportes científicos possibilita vislumbrar multiplicadores em defesa a sustentabilidade como princípios fundamentais para perpetuar o universo e aqueles que nele residem.

Além disso, pretende-se com o referido estudo contribuir com o papel acadêmico, mas também socializar os resultados de forma institucional dentro do projeto de extensão que já se encontra em andamento pelo projeto Assessores Populares em ODS.

Por fim, a práxis consistiu na intencionalidade de formar parcerias com a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins para que ocorra a propagação dos referidos saberes com maior frequência nos demais municípios, visto que o conhecimento não pode ficar somente aos cidadãos de Recursolândia.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Micheline. ODS 4: Promulgada a emenda do novo Fundeb, uma conquista coletiva histórica. 2020. Disponível em: <https://gta-genda2030.org.br/2020/08/28/ods-4-promulgada-a-emenda-do-novo-fundeb-uma-conquista-coletiva-historica/>. Acesso em 15 de nov. 2022.

BAZZOLI, João Aparecido. Agenda 2030: extensão como trajeto para institucionalização. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, Paraná – Brasil. v. 17, 2021, p. 01-16.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOGDAN, Robert C. BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Ação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto – Portugal, 1994. BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº. 11.340 de 07 de agosto de 2006. Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei Maria da Penha). Brasília, DF: Senado Federal. 2006.

CANELLAS, Kátia. **Agenda 2030:** os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e suas metas. 2020. Disponível em: <http://www.aprender.posse.ueg.br:8081/jspui/bitstream/123456789/232/1/ODS.pdf>. Acesso em 08 de nov. 2022.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Agenda 2030 no Poder Judiciário:** comitê interinstitucional. 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/agenda-2030/>. Acesso em 10 de nov. 2022.

CNM. Confederação Nacional de Municípios. **Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros.** Gestão 2017-2020. Brasília, DF: CNM, 2017.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça:** a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade:** direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2012.

GERHARD, Nadi. **Patrulha Maria da Penha.** Porto Alegre: Age Editora, 2014

IBDFAM. Instituto Brasileiro de Direito de Família. **Estupro marital frente aos deveres conjugais.** 2016. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/notícias/na-mídia/12973/estupro+marital+frente+aos+deveres+conjugais>>. Acesso em 24 nov. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados.** 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/recursolandia.html>. Acesso em 05 de nov. 2022.

MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). **Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais.** João Pessoa: Editora UFPB, 2019

MNE. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Portugal. **Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas**, Nova Iorque, jul., 2017, p. 86–88. Disponível em https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15766Portugal2017_en_rev_final_29_06_2017.pdf. Acesso em 05 de nov. 2022.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Histórico do ODS**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/acesso-a-informacao/informacoes-ambientais/historico-ods>. Acesso em 10 de nov. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nossa Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>> Acesso em 08 de nov. 2022.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. SEPLAN-TO/Diretoria de Pesquisa. Palmas: 2013.

POLO, A. C. **Educação de qualidade para todos: 4 formas de alcançar o ODS 4**. 2019. <https://medium.com/youth-for-human-rights-brasil/educa%C3%A7%C3%A3o-de-qualidade-para-todos-4-formas-de-alcan%C3%A7ar-o-ods-4-363bf4c0e4b4>. Acesso em 10 de nov. 2022.

SANTOS, E. **ODS 4**: Os desafios da educação nos dias atuais. 2022. Disponível em: <https://www.aberje.com.br/blog/ods-4-os-desafios-da-educacao-nos-dias-atauais>. Acesso em 10 de nov. 2022.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa –ação**. 18ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set. /dez. 2005.

SOBRE OS AUTORES

Ana Paula Biage Barboza

Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9762821705782529>, <https://orcid.org/0000-0003-3254-2034>. E-mail: paulinhabiage@gmail.com e/ou anapaula@tre-to.jus.br

Cássio Bruno Sá de Souza

Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0986941730431935>, <https://orcid.org/0000-0003-2711-3438>. E-mail: cassiosouza@uft.edu.br e/ou cassiobrunosouza@gmail.com

Ethienne Guinever Santos Milhomem

Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7302387434818550>, <https://orcid.org/0000-0002-6906-4294>. E-mail: ethienne.guinever@mail.uft.edu.br

Francisco Pereira de Sousa

Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5422981509445406>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3781-8140>. E-mail: fspalmas@gmail.com.

Jéssica Porto Costa

Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2605541164889740>, <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0003-0036-5782>. E-mail: jessicaporto@uft.edu.br e/ou jessicaporto36@gmail.com

João Aparecido Bazzoli

Professor do Curso de Direito na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UFT). Coordenador do Projeto de Extensão: Curso de Assessores Populares em ODS. Atua em pesquisas sobre Participação Social e Direito à Cidade. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4167300930863457>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7123-2023>. E-mail: jbazzoli@mail.uft.edu.br. E-mail: jbazzoli@mail.uft.edu.br

Josilene dos Santos Rodrigues

Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UFT (2022). Especialista em Gestão em Processos Gerenciais pela FAEL. Bacharela em Administração pela UFT. Técnica em Secretariado Executivo pelo IFTO. Servidora Pública Federal.

E-mail: josilene.rodrigues@mail.uft.edu.br

Maria Goretti Sousa Mendes Cavalcante

Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UFT (2022). Especialista em Gestão Pública pela UNOPAR (2018). Bacharela em Administração pela UFT (2007). Servidora Pública Federal. E-mail: maria.goretti@mail.uft.edu.br

